



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

ALBERTO MIGUEL DIAS TEIXEIRA

**Jornalistas e Fontes de Informação:
Uma Relação de Luta e de Confiança**

Tese de Mestrado

Ciências da Comunicação - Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob orientação do

Professor Doutor Manuel Joaquim da Silva Pinto

Outubro de 2009

DECLARAÇÃO

Nome

Alberto Miguel Dias Teixeira

Endereço electrónico: albertomiguelteixeira@gmail.com Telefone: 917407245

Número do Bilhete de Identidade: 12936390

Título da tese de Mestrado

Jornalistas e Fontes de Informação: Uma Relação de Luta e de Confiança

Orientador:

Professor Doutor Manuel Joaquim da Silva Pinto

Ano de conclusão: 2009

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento do Doutoramento:

Ciências da Comunicação - Informação e Jornalismo

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO (indicar, caso tal seja necessário, nº máximo de páginas, ilustrações, gráficos, etc.), APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura:

Quero dedicar este trabalho à minha família, pelo suporte e apoio que sempre me deu, e aos amigos e professores, por toda a amizade e conhecimento que sempre me transmitiram.

RESUMO

Ponto de partida: estágio no jornal A Bola. Ponto de chegada: Tese de Mestrado na área de Informação e Jornalismo. De uma forma linear, podia dizer isto, que as dúvidas suscitadas durante a realização do estágio deram corpo a um relatório que pudesse concluir os dois anos de Mestrado em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Porém, a verdade é mais complexa. Há um percurso académico de três anos na licenciatura em Comunicação Social e um outro percurso fora dele: as experiências no jornal universitário ComUM e no semanário regional Verdadeiro Olhar e o convívio com colegas e professores são o melhor exemplo que agora posso dar.

Todavia, são dois os principais objectivos deste documento: a) relatar a experiência vivida durante três meses de estágio no diário desportivo A Bola, em Lisboa e b) desenvolver um projecto científico que materialize, de certa maneira, uma dúvida suscitada na realização do estágio curricular. Devo, entretanto, acrescentar um outro ponto: a colaboração com o semanário Verdadeiro Olhar, porque também é a partir desta experiência que permitiu clarificar um objecto de estudo, a saber, a relação entre os jornalistas e fontes de informação e as pressões relativas a um modo de relacionamento bilateral.

Desta forma, ficou delimitado o campo de observação: a imprensa regional e local em comparação com a imprensa de âmbito nacional. E é junto dos jornalistas de ambos tipos de meios que vamos encontrar resposta a várias hipóteses formuladas: serão os jornalistas de imprensa regional mais pressionados pelas fontes de informação que os jornalistas de imprensa regional? E serão também mais permissivos em relação às pressões das fontes de informação? E será que as fontes oficiais são as que mais pressionam?

ABSTRACT

Journalists and Sources of Information: a relationship of conflict and trust

Starting point: a working experience in A Bola's newspaper. Arriving point: MSc thesis inserted in the area of Information and Journalism. In a linear way, I could say that the questions raised during the probation in A Bola produced an argument that concludes two years in MSc in Sciences of Communication in Minho University. However, the reality is more complex. There is an academic path of three years in Social Communication and another one more personal: the experiences in a university's newspaper, ComUM, and in a local one, Verdadeiro Olhar, and the sociability with classmates and teachers are the best examples.

The main purposes of this document are: a) to report a working experience of three months in A Bola, in Lisbon, and b) to create a scientific project, which base is a doubt raised during the internship. I should join another point: the collaboration with Verdadeiro Olhar's newspaper, because that experience clarified an object of study – the relationship between journalists and sources of information and the pressures that emerge in a bilateral relationship.

In this way, the observation field was bounded: to compare local press with the national press in a context of pressures of sources of information. Journalists of both kinds of means will give us an answer to several hypotheses: are “local journalists” under more pressure than “national journalists”? Are “local journalists” more permissive to the pressures of sources of information than “national journalists”? And are the official sources that put more pressure?

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO	1
2. A BOLA	3
2.1. História	3
2.2. Estágio	6
2.2.1. Futebol Nacional	6
2.2.2. Modalidades	7
2.2.3. Experiências com as fontes	8
2.2.4. O balão de ensaio de João Lagos	11
2.2.5. Balanço final	11
3. VERDADEIRO OLHAR	14
3.1. História	14
3.2. O telefonema da assessora	15
3.3. Outras experiências	16
4. TRABALHO EMPÍRICO	18
4.1. Objectivos	18
4.2. Conceito-chave: campo da notícia	19
4.3. Relação jornalista-fonte de informação	21
4.3.1. O modelo Gieber e Johnson	21
4.3.2. Modelo de Ericson	23
4.3.3. Definição de fonte de informação	24
4.3.4. Uma relação de luta	25
4.4. Contexto da imprensa regional	32
4.4.1. Limitações técnicas e humanas	34
4.4.2.1. A proximidade	36
4.4.3. O poder político	37
4.5. Modelo de análise	38
4.5.1. Explicação	38
4.6. Método	40
4.7. Análise de dados	41

4.7.1. Caracterização da amostra _____	41
4.7.2. Discussão dos dados _____	42
4.7.3. Verificação das hipóteses _____	45
4.8. Conclusões _____	49
4.8.1. Considerações pessoais _____	50
5. APRECIÇÃO FINAL _____	51
6. BIBLIOGRAFIA _____	52
7. ANEXOS _____	55

ÍNDICE DE FIGURAS

Ilustração 1 - Logótipo do jornal A Bola mantém-se inalterado desde 1945_____	3
Ilustração 2 - Capas de edições de A Bola dos anos de 1946 e 2008 _____	4
Ilustração 3 - Aspecto do sítio de internet, criado em 2001 _____	5
Ilustração 4 - Primeira página do semanário Verdadeiro Olhar _____	14
Ilustração 5 - Aspecto do sítio de internet_____	14
Ilustração 6 - Separação das funções fonte-comunicador (McQuail e Windahl, 1993) _____	22
Ilustração 7 - Funções parcialmente assimiladas (McQuail e Windahl, 1993) _____	22
Ilustração 8 - Funções da fonte e do comunicador assimiladas (McQuail e Windahl, 1993) ___	22
Ilustração 9 - Contextos de produção informativa (newsmaking), adaptado de Ericson et. al. (McQuail e Windahl, 1993)_____	23

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Composição da amostra _____	41
Gráfico 2 – ‘Apesar da pressão que exercem, mantenho uma relação de confiança com as fontes’ _____	14
Gráfico 3 - ‘Sempre que uma fonte de informação me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida’ _____	14
Gráfico 4 - ‘Aceito que as fontes de informação tentem exercer pressões sobre o meu trabalho’ _____	22
Gráfico 5 - ‘A fonte já me pressionou para publicar uma notícia com determinada perspectiva’ _____	22
Gráfico 6 - ‘Vi jornalistas/ redactores cederem a pressões por parte da fonte de informação’ _____	22
Gráfico 7 - Pódio das fontes mais fiáveis _____	23
Gráfico 8 - Funções da fonte e do comunicador assimiladas (McQuail e Windahl, 1993) _____	22

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado constitui o relatório de estágio/tese de mestrado, etapa final para a conclusão do Mestrado em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho, no ramo de especialização Informação e Jornalismo.

A primeira parte ocupar-se-á, essencialmente, do desempenho e esforço durante o estágio que cumpri entre Outubro e Dezembro de 2008, na sede do diário desportivo A Bola, em Lisboa. Apesar de não ter sido o primeiro contacto directo com o exercício da profissão, foi manifestamente um estágio de descobertas, ilusões e desilusões. E delas mesmo faço referência, desde logo o começo desanimador na secção Futebol Nacional. Mas o balanço geral que faço do estágio é francamente positivo. O trabalho em redacção, lado a lado com colegas de profissão, o escrever para um jornal, com audiência bastante superior àquela a que estava acostumado, sobre temas do meu interesse foram algumas das notas positivas que posso retirar. Além disso, relatarei algumas experiências do trabalho que exerci anteriormente, nomeadamente como colaborador de um semanário regional, o Verdadeiro Olhar. A razão principal por que trago esta experiência prende-se com a segunda parte deste documento.

Assim, tratarei do projecto empírico e científico na segunda metade deste trabalho com um tema de fundo: a relação entre jornalista e fonte de informação. Dois contextos diferentes entrarão em cena: imprensa regional e imprensa nacional. O objectivo é avaliar as diferenças entre estes dois tipos de jornalismo, um que se pratica a nível regional e outro a nível nacional. As conclusões a retirar não servirão obviamente para determinar o que está mal e o que está correcto e o que o jornalista devia fazer ou não. Pretende-se, sobretudo, fornecer dados sobre uma realidade do campo do jornalismo para reflexão e, quem sabe, lançar pistas para um aprofundamento maior desta temática.

A bibliografia utilizada no enquadramento teórico abordará, especialmente, três vectores que delineei, a saber, campo da notícia, a relação jornalista-fonte de informação e a especificidade da imprensa regional. Sobre o campo da notícia, a principal referência bibliográfica veio de Rogério Santos que, na obra “A fonte não quis revelar”, traz Pierre Bourdieu no primeiro plano. A definição de campo de notícia de que o autor francês fala é central no trabalho, dado que é nele que se joga todo o binómio jornalista-fonte noticiosa, a luta e a

negociação entre estes dois agentes de informação. Outro dos pontos estruturantes do enquadramento inicial é aquele que se debruça sobre a relação entre o jornalista e as fontes de informação. Neste ponto, são diversas as referências bibliográficas a que acorrerei. Primeiro, nos modelos de Gieber e Johnson e de Ericson et al., retirado da obra 'Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas' de Denis McQuail e Sven Wendahl. Depois, na definição de fonte e tipo de relação que há com os jornalistas, onde se destacam Manuel Pinto, Jorge Pedro Sousa, Joaquim Vieira e Rogério Santos. Pretende-se ter uma perspectiva mais aprofundada sobre o lado da fonte noticiosa, as suas estratégias para alcançar um lugar na agenda mediática e as suas formas de “trabalhar” perante o olhar crítico e editorial do jornalista.

Por fim, destaco a imprensa regional por ser um meio que se desenvolve num contexto extremamente específico. O tipo de meio, as suas limitações em termos técnicos e humanos, a relação de proximidade entre jornalista e fonte são alguns dos pontos em foco e o estudo de Luísa Teresa Ribeiro sobre os dois diários concorrentes na cidade de Braga e os trabalhos académicos do espanhol Xosé Lopez são ótimos acervos de dados para quem quer estudar os meios de comunicação regionais.

2. A BOLA

2.1. História

O jornal A Bola é o mais antigo entre os jornais desportivos de âmbito nacional em Portugal, fundado por Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Vicente de Melo, aproveitando um título cedido pelo Diário de Lisboa. Num café da capital, surgiu a ideia de criar um jornal desportivo, numa altura em que o interesse pelo desporto crescia. A sua primeira edição apareceu nas bancas a 29 de Janeiro de 1945, com uma periodicidade bissemanal. O seu preço era de um escudo, mais caro que os 15 tostões da revista Stadium, então líder de mercado. Depois disso, sofreu algumas alterações na sua periodicidade: na década de 50 passou a ser editado três vezes por semana, por causa do interesse manifestado pelos leitores, nomeadamente os aficionados do SL Benfica, que tinha acabado de vencer a Taça Latina. No final da década de 80, tornou-se quadrissemanário, pela necessidade de dar mais destaque às modalidades de alta competição, uma vez que, por essa altura, várias conquistas internacionais de corredores portugueses mediatizaram ainda mais a modalidade de atletismo. Finalmente, no ano de 1995, passou a ser publicado diariamente.

Os primeiros anos do jornal foram de solidão no que toca à concorrência no seu segmento, pois só quatro anos após a sua fundação é que surgiu novo competidor, o Record.



Ilustração 1 - Logótipo do jornal A Bola mantém-se inalterada desde 1945

Um dia, um ardina, de nome Manuel Dias, foi contemplado com um prémio de 40 contos (200 euros) na Lotaria Nacional. Financiando

em grande parte a 'edificação' do novo jornal, levou consigo um jornalista de A Bola, José Monteiro Poças, e um professor de Educação Física, Fernando Ferreira. Ambos jornais eram editados em Lisboa. No Porto, mas só no ano de 1985, surgiu uma terceira publicação que, naquela altura, era a primeira com tiragem diária, chamada O Jogo. Actualmente, A Bola é detida pela Sociedade Vicra Desportiva, com um accionista maioritário, o administrador Mário Arga e Lima, ao passo que os outros dois desportivos integram dois grandes grupos de comunicação social em Portugal: a Cofina é dona do Record, a Controlinveste de O Jogo.

Apesar dos quatro primeiros anos de existência do jornal da Travessa da Queimada terem sido solitários, nem por isso se pode dizer que foram de sossego. À semelhança de várias publicações nacionais, também A Bola foi alvo da Comissão de Censura, tendo sido inclusive suspenso entre 25 de Março a 29 de Abril de 1946. A história para essa suspensão é a seguinte: anunciou-se uma partida oficial de futebol entre as selecções de Portugal e Inglaterra. Porém, como fez notar Cândido de Oliveira na publicação, o embate apenas opunha os jogadores portugueses aos marinheiros da *Home Fleet*. A Comissão de Censura justificou a medida suspensória com o argumento de que o jornal desrespeitou os congéneres ingleses, um país aliado de Portugal, e Sua Majestade, a rainha. Já depois deste incidente, no início da



Ilustração 2 - Capas de edições de A Bola dos anos de 1946 e 2008

década de 50, A Bola voltou a arriscar uma suspensão por parte da Comissão de Censura. O então presidente da Federação de Vela foi entrevistado e na sessão fotográfica posou vestindo um uniforme militar. No momento da revisão, o chefe-redacção Fernando Ávila editou a fotografia, fazendo parecer que entrevistado estava vestindo um fato

preto usual. Quando saiu o jornal, o presidente da Federação de Vela não gostou do sucedido e pediu a suspensão do jornal. A Comissão de Censura decidiu não exercer qualquer acção sobre o jornal.

A história do jornal ficou também marcada por imperativos tecnológicos. No início dos anos 80, A Bola passou a ser impresso em *off-set*, trocando o velho chumbo utilizado antes. Em 1989, dá-se o *take-off* na informatização da redacção, passando a produzir o jornal na própria sede, deixando a parte da impressão a cargo das rotativas do Diário Popular. Foi nesse ano que passou a sair quatro vezes por semana, aos domingos, às segundas, quintas-feiras e sábado.

Em Julho 1992, toda a paginação do jornal começou a ser feita por intermédio do computador. Em Setembro desse mesmo ano, a primeira e última páginas do jornal passaram a ser impressas a cores. No momento em que virou diário, o jornal trocou o grande formato pelo tablóide.

Ao virar o novo milénio, dá-se a entrada do jornal na Web. Mais precisamente, no dia 29 de 2001, o endereço www.abola.pt passou a fazer parte do quotidiano de muitos cibernautas. Passados sete anos, 'a-bola online' é dos sítios de informação mais visitados, sendo segunda no ranking de tráfego de entidades, em Portugal, de acordo com os dados que a Marktest divulga regularmente (cf. Anexos 1, 2 e 3, referentes aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2009). Ainda este ano, o sítio da internet foi remodelado, com novo grafismo e com a introdução de novas secções, como por exemplo 'Outros Mundos'.

Quanto à tiragem da versão impressa, os últimos dados do início deste ano apontavam para 120 mil exemplares diários, apesar de as vendas não serem alvo de auditoria por parte da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragens e Circulação (APCT). Aliás, mantém-se há longo tempo um diferendo entre a administração e o director Vítor Serpa e a APCT. Numa entrevista à revista Meios & Publicidade, a 3 de Novembro de 2006, Vítor Serpa afirmou conhecer “mais de 500 formas de manipular as informações oficiais sobre as vendas e sobre o controle das vendas dos jornais em Portugal”, o que levou a APCT a “actuar judicialmente” contra Vítor Serpa, por considerar que as declarações proferidas “infundadas” e “susceptíveis de atingir o bom nome da associação e a consideração que é devida aos seus associados”.

No início deste ano, quando completou 64 anos



Ilustração 3 - Aspecto do sítio de internet, criado em 2001

de existência, A Bola passou a ser editado em território africano, mais concretamente em Angola. Além disso, conhece também grande expansão junto dos núcleos de emigrantes.

Actualmente, a empresa que detém o diário A Bola emprega mais de 200 elementos, distribuídos por vários departamentos, como a administração, direcção, redacções do jornal A Bola e da revista de automóveis Auto Foco, fotografia, estatística e informática. Como referido, está sediado em Lisboa, na Travessa da Queimada, em pleno Bairro Alto. Tem uma redacção no

Porto e uma vasta rede de colaboradores espalhados por Portugal continental, ilhas da Madeira e Açores e correspondentes internacionais, em países como Espanha, Brasil e Alemanha.

A Bola está dividida em secções muito similares aos que outros dois jornais desportivos apresentam: nas primeiras páginas as secções do SL Benfica, FC Porto, Sporting CP, e, por vezes, Selecção Nacional; depois seguem Futebol Nacional, Futebol Internacional, e, no fim, Outras Modalidades. No entanto, em algumas páginas diverge da concorrência: as centrais, denominadas “Bola ao Centro”, são normalmente ocupadas com uma reportagem, e as últimas são preenchidas com espaços de opinião semanais, para os quais colaboram o portista Miguel Sousa Tavares, a benfiquista Leonor Pinhão e elementos ligados à direcção do jornal. Além disso, reserva algumas páginas a rubricas de humor.

2.2. Estágio

2.2.1. Futebol Nacional

Das duas primeiras semanas de estágio pouco há a dizer. Coincidiu com o período de estágio na secção Futebol Nacional, composto por 13 jornalistas na redacção em Lisboa, cinco ou seis na redacção do Porto e mais uma dezena de colaboradores espalhados pelo país. Por sinal, era a maior de todas as editorias e a mais contribuidora, em número de páginas, para o diário e tratava de temas relacionados com os clubes da Liga de Futebol Profissional, exceptuando os três considerados grandes: FC Porto, SL Benfica e Sporting CP. Além disso, abrangia temas dos clubes não profissionais de divisões secundárias e de futsal.

Não tendo sido um início propriamente entusiasmante, foi o primeiro contacto com a redacção, colegas de profissão, percepção de algumas dinâmicas, com uma pequena visita guiada aos vários tempos de produção de jornal. De modo simplista e redutor, o processo de elaboração do jornal vai desde o lugar de maquetagem, onde se faz o esqueleto primário do diário, passa pelas várias secções da redacção, onde se dá o corpo a esse esqueleto com a produção da notícia, depois segue-se centro de decisão, em parte dividida pelos chefes de editoria e pelo director-executivo e director, com o propósito de hierarquizar as notícias. No final de todo este processo, o jornal volta ao ponto inicial, centro de maquetagem, para se corrigir os últimos *déficits* gráficos, com a colocação de todas as páginas na parede, e definir capa. Transversais no *making-off* da publicação são a organização interna e comunicação constante entre todas as partes. De outras dinâmicas darei conta ao longo desta história de três meses.

Como referi, tratou-se de um início de estágio frustrante. Todos os dias, sem excepção, a tarefa era telefonar aos vários clubes de divisões inferiores, recolher informações e trabalhá-los em pequenos textos de, no máximo, 50 caracteres, chamados telegramas. Com tão pouco labor, a primeira reacção que obtive do estágio foi negativa. Tenho bem consciência de que de rotina se faz boa parte da vida do jornalista, mas sobra-lhe depois o espaço da notícia para combater com engenho e criatividade um exercício de hábito. Assim, as duas primeiras semanas foram de trabalho repetitivo e com pouco exercício da criatividade. Os tempos mortos durante este período foram uma constante, num estágio que previa ser de aprendizagem e amadurecimento a nível profissional. Entre o pouco que retive, destaco as sugestões que vários jornalistas incutiam aos estagiários para procurarem motivos para reportagens nos clubes que contactávamos, para tempos de menor actividade desportiva. A ideia era, sobretudo, pensar a prazo, fazer alguma pré-agenda, 'guardar na gaveta' histórias com relevo, fora do vulgar e/ou mais curiosas, que, no fundo, fazem a notícia e cativam o interesse do leitor. E uma história da casa sempre dá maior valor adicional ao jornal.

2.2.2. Modalidades

Ao terminar a segunda semana de estágio, mudei de secção. Desapontado que estava com o arranque, a mudança só podia ser para mudar para melhor. A transferência de outra estagiária para o *online*, abriu espaço na secção Modalidades. O número de jornalistas que compunha a secção era significativamente menor do que a secção Futebol Nacional, com oito jornalistas na redacção lisboeta, apenas um no Porto e alguns colaboradores. Normalmente, a direcção dedicava às outras modalidades entre cinco a seis páginas.

Recém-chegado à nova secção, logo no primeiro dia foi-me pedido trabalho. Seria um reinício auspicioso não fosse o rearranjo da maquete do jornal do dia seguinte deixar de fora a minha peça, constituindo a primeira das 'batalhas' a que assisti pela 'luta/negociação' territorial no jornal - ou porque um jornalista tinha uma notícia que não estava prevista no esquema do jornal e pedia um novo espaço ao editor para a encaixar; ou então a supressão que se fazia quase sempre na secção Modalidades quando havia uma adição de página nas secções que ocupam a primeira metade do jornal ou para a entrada de alguma página de publicidade.

O ingresso na nova secção permitiu encontrar uma dinâmica diferente daquela que tinha encontrado no Futebol Nacional. Todavia, alguns aspectos eram comuns às duas secções,

como, por exemplo, o agendamento. A primeira ideia com que fiquei foi a de que o agendamento se faz tanto *top-to-bottom* como *bottom-to-top*, ou seja, tanto é o editor a pedir trabalho ao jornalista como é o jornalista a propor temas para notícia ou reportagem, bem evidenciado no trabalho dos colaboradores espalhados pelo país. Por vezes, o agendamento está definido já há algumas semanas, como são as partidas de futebol e outras modalidades ou eventos mediáticos. Outras vezes, só na última hora surge a notícia, o que obriga a mudanças por parte do editor, seja retirar ou encurtar alguma notícia, ou adiar para o dia seguinte outra que mantenha valor noticioso. Ainda sobre o agendamento, destaque para o trabalho dos editores, que planifica e distribui o trabalho e serviços do dia seguinte pelos jornalistas. Com efeito, pede-se ao editor um trabalho não tanto de redacção, mas de coordenação e edição. É ele que tem de gerir a sua secção, estar constantemente a par daquilo que se passa na sua esfera mediática para propor temas e receber o agendamento dos outros elementos da redacção. Depois, editor e redactor avaliam juntos o peso, hierarquia de cada notícia e, assim, dedicar-lhe maior ou menor espaço, maior ou menor relevo na página e se vai ter direito ou não a fotografia. Além disso, o editor faz a ponte de comunicação entre direcção e redacção e é sempre o último a sair do jornal, pois ele que tem de corrigir os erros, tanto gramaticais, como jornalísticos e editoriais. Nas Modalidades, havia três editores, um de abertura, um de fecho, enquanto o outro estava de folga. Do editor de abertura exigia-se a estruturação esquemática do jornal, sempre em colaboração com os elementos da maquetagem, entrando sempre antes dos outros jornalistas, de modo a que as páginas dedicadas às Modalidades ficassem disponíveis à hora de entrada habitual dos jornalistas: 15 horas. Aliás, a primeira secção a ser paginada era a das Modalidades, com o jornal a ser paginado de trás para a frente. Ao editor de fecho cabia ultimar as páginas da sua editoria.

2.2.3. Experiências com as fontes

Uma das principais diferenças que encontrei entre as secções Modalidades e Futebol Nacional foi ao nível das fontes noticiosas. No Futebol Nacional, as principais fontes eram essencialmente os clubes e elementos ligados ao futebol, e o telefone era o principal meio de acesso a eles. Por sua vez, nas Modalidades havia maior diversidade, destacando-se os outros meios de comunicação social, instituições desportivas, individualidades, documentos e eventos mediáticos. Entretanto, todos os dias, sem excepção, abria uma janela onde caíam os *takes*

noticiosos das agências nas últimas 24 horas. Foi uma das tarefas que me incumbiram de fazer. Seleccionava as mais relevantes, apresentava-as ao editor e, por fim, trabalhava-as de acordo com os parâmetros impostos, ora com formato de notícia, de breve ou de telegrama. E sempre que o trabalho consistia em reformular uma notícia de uma agência, não me cingia somente às informações que nela vinham contidas. Fazia um esforço extra para contextualizar o melhor possível essas informações, adicionar outros dados, torná-la diferente. No entanto, pode dizer-se, sem dúvida alguma, que as agências de informação representam uma fonte imprescindível num diário. Por vezes, falta uma notícia curta para “fechar” a página e lá se recorre às agências. Já para não falar do uso e abuso que delas se fazem para actualizar o sítio na Internet, que basicamente serve de mero repositório das notícias provenientes das agências.

Apesar do trabalho diário em plena redacção, por uma vez tive a oportunidade de sair em reportagem. Tratou-se da apresentação da recém-criada equipa portuguesa Ocean Racing Technology, que participa na competição GP 2, prova considerada antecâmara da Fórmula 1. No evento não podiam faltar os órgãos de comunicação social, uma vez que, como fez questão de realçar nos convites endereçados aos jornalistas, tratava-se da apresentação da primeira equipa com 100 por cento de capital português. Imprensa, televisão e rádio apareceram em grande número no evento, que decorreu com pompa e circunstância num hotel de luxo, localizado bem no centro de Lisboa. À entrada para o salão onde decorreu a cerimónia de apresentação, uma assistente recolheu o nome, contacto e órgão de comunicação de cada um dos jornalistas presentes. Enquanto isso, piloto Tiago Monteiro, um dos *chairmans* da nova equipa, fez questão de dar pessoalmente as boas-vindas a todos os jornalistas. Monteiro quis certamente abordar de forma mais íntima os jornalistas e deixar uma boa impressão junto deles. A apresentação aos media da Ocean Racing Technology decorreu sem sobressaltos e, já depois das últimas declarações individuais frente às câmaras de televisão, houve lugar a um *coffee-break*, onde confraternizaram jornalistas e piloto. Tudo para deixar claro os objectivos de um evento mediático: sem a presença dos jornalistas a apresentação não teria acontecido.

Os outros meios de comunicação também constituem uma boa fonte noticiosa de um jornal desportivo. Os colegas dos outros órgãos, por exemplo, são um bom auxílio no trabalho do jornalista. Lembro-me de, por várias vezes, ver e ouvir no corredor os jornalistas a telefonarem a outros colegas de profissão ou então a falarem de trabalho durante os jogos-recreio semanais que mantínhamos com os jornalistas do jornal O Jogo. A par destes, a imprensa estrangeira também assume a sua fatia no queijo das fontes mais utilizadas. É através dela, essencialmente,

que sabemos o que se passa fora de Portugal, de notícias que as agências de informação não fazem eco.

Outro apontamento que é necessário referir prende-se com a especialização do jornalista: cada jornalista tinha a sua esfera de acção, traduzida em clube ou modalidade. O efeito é o mesmo que verificamos ao olharmos para uma redacção de um diário generalista, e é aquele apontado por Rogério Santos (2006:48-49): “Os jornalistas especialistas ligam-se às fontes de informação especialistas, tendendo a estabelecer com elas uma relação próxima (...). Funcionam quase como observadores participantes em sociologia e as fontes noticiosas tornam-se aquilo a que os sociólogos chamam de informantes, que mantêm os jornalistas actualizados com informação não oficial, interna ou secreta”. No diário desportivo, o jornalista, ao ficar encarregado de uma modalidade ou clube, tende a construir uma boa carteira de contactos mais fiáveis e próximos e torna-se maior conhecedor da sua realidade.

Relacionado com este aspecto, uma das curiosidades que acabei por presenciar aconteceu nas vésperas de Natal, já na recta final do estágio. Os jornalistas faziam a ronda à sua carteira de contactos, telefonando-lhes e desejando-lhes boas festas. No fundo, é mais uma das formas de cultivar um bom relacionamento com as fontes, a função fática, do modelo de comunicação de Roman Jakobson, com a preocupação em manter os canais abertos. No mesmo dia, ao sair do jornal, reparei no amontoado de ofertas e prendas junto ao porteiro. Perguntei, então, se havia alguma para mim, ao que o porteiro respondeu-me entre um sorriso: “Infelizmente, nenhuma é para nós”. Como vimos, jornalistas e fontes de informação tendem a cultivar relações entre si.

Resumindo, durante os três meses de estágio, a minha relação com as fontes de informação foi sempre a mais tranquila de sempre. Em nenhum momento fui tentado ou pressionado pela fonte, à excepção de um caso: quando indiquei, com reservas, o dia da publicação de uma notícia ao *bodyboarder* Manuel Centeno, quando na realidade só veio a acontecer um dia depois. Então, o atleta portuense telefonou a dar conta da sua insatisfação ao não ver publicada a notícia, quando tinha dito a familiares e amigos que ia aparecer no jornal. Respondi que também esperava que a notícia saísse no dia indicado, mas que devido a ajustamentos de última hora do jornal adiou a publicação da peça.

Serve tudo isto para referir a pacífica experiência com as fontes de informação, ao contrário do que tinha acontecido quando colaborava com um jornal regional. Reforçava-se,

então, o tema principal para a elaboração da tese: a relação das fontes de informação com jornalistas de um meio regional e de um meio nacional.

2.2.4. O balão de ensaio de João Lagos

À medida que os dias e as semanas de estágio iam avançando, ficava com a ideia concreta daquilo que tinha sido abordado na teoria durante o percurso académico. E o caso que agora relato relaciona-se com isto. O presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP), Vicente Moura, corria sozinho nas eleições à presidência daquele organismo, tendo já conquistado a palavra de voto da maioria das federações com poder de eleição. No entanto, surgiram vozes contra a recandidatura de Vicente Moura, nomeadamente por parte da Associação de Atletas Olímpicos e da Federação de Atletismo. Abria-se, então, a possibilidade para o surgimento de uma candidatura concorrente. Com a edição de A Bola do dia seguinte já fechada, a SIC-Notícias informou que João Lagos poderia apresentar uma candidatura ao cargo. A impossibilidade de tempo e espaço fez com que se deixasse a notícia para o dia seguinte, já com a reacção do próprio João Lagos. Assim foi. Cordialmente, João Lagos afirmou que não estava disponível e que se sentia lisonjeado com o facto de se terem lembrado dele para ocupar o cargo. Aos olhos do leitor comum, tudo isto parecia normal. Porém, constou-se que a notícia da hipotética candidatura de João Lagos teria partido do próprio gabinete de comunicação do empresário ligado ao ramo do desporto, com a finalidade de saber se era viável e se reunia os votos necessários para uma candidatura bem sucedida. Esta foi uma das estratégias de comunicação que Rogério Santos (2006: 75) notou no processo de profissionalização das fontes, nomeadamente no campo da política: “Apesar de as regras habituais indicarem que as fontes devem prestar informação correcta, muitas vezes trabalham com dados falsos, produzem fugas de informação e lançam “balões de ensaio”, na tentativa de antecipar resultados ou previsões e estudar reacções de adversários ou de um grupo social completo”. O “balão de ensaio” lançado por João Lagos só não surtiu o efeito desejado, porque grande parte das federações com direito a voto reafirmou apoio a Vicente Moura.

2.2.5. Balanço final

Apesar do início pouco entusiasmante, o balanço global que faço do estágio é positivo. A mudança para a secção Modalidades foi fulcral, uma vez que na secção Futebol Nacional não foi

pedido muito trabalho. Lá, os jornalistas já sabiam o que fazer e não havia hipótese de o estagiário colaborar com maior intensidade. Nas Modalidades, os editores esforçavam-se por dar trabalho ao estagiário e como resultado acabei por publicar com uma regularidade quase diária, apesar de não poder assinar as peças. Além disso, podia contribuir para a elaboração do jornal, pois tinha sido encarregado de seleccionar notícias que provinham das agências de informação.

Destaco ainda a experiência de trabalhar numa redacção de um jornal de âmbito nacional, muito diferente das experiências em outros projectos onde trabalhei – semanário regional Verdadeiro Olhar e jornal universitário ComUM. Antes de iniciar o estágio tinha a curiosidade de saber como é que se trabalhava num grande jornal. Admito que foi com um pouco de embaraço quando me deparei com software utilizado para a produção de um jornal, uma vez que imaginava um sistema mais rudimentar, mais ou menos do tipo recolher todos os textos e, junto de um paginador, combiná-los, a que estava habituado nas publicações que mencionei anteriormente. O Millenium é mais que um simples programa de paginação. Extensível a todas as assoalhadas do jornal – n' A Bola cada secção tinha a sua assoalhada -, o Millenium permite, por exemplo, ao jornalista escrever directamente numa página do jornal, enquanto a anterior está a ser maquetada. Permite também aceder ao arquivo fotográfico, bem como ao repositório onde caíam as notícias das agências. Com o programa Millenium, algumas nuances são determinadas no trabalho jornalístico, como a delimitação, em número de caracteres, do título, subtítulo e corpo de texto. Lembro-me da dificuldade em condensar o título de um artigo num espaço extremamente reduzido, por exemplo. O jornal deixa pouco espaço para a elaboração do título, pelo que, por vezes, mais do que informativo, era importante torná-lo apelativo. Daí que, amiúde, surjam críticas ao modo como são feitos os títulos nos diários desportivos.

O ambiente na redacção era tranquilo em grande parte do dia. O stress só costumava aparecer na hora de fecho do jornal, em doses pequenas. E como a secção das Modalidades era sempre a primeira a ser maquetada – a maquetagem era feita de trás para a frente, partindo de um modelo pré-definido –, era também a primeira a fechar a edição. Por isso, devo dizer que a minha passagem pelo jornal A Bola foi tranquila.

Por fim, destaco o bom relacionamento com os colegas, que se estendia a todas as secções do jornal A Bola, mas também às redacções do Sexta e do Auto Foco, apesar ter mantido um *low profile* ao longo dos três meses de estágio. Saliento ainda a boa relação entre as

redacções de A Bola e do concorrente O Jogo. Às quartas-feiras de manhã, havia lugar a um jogo de futebol entre os jornalistas dos dois desportivos.

3. VERDADEIRO OLHAR

3.1. História

De Novembro de 2007 a Fevereiro de 2008 tive a oportunidade de colaborar com um semanário de âmbito regional, Verdadeiro Olhar, que cobre a zona de Vale do Sousa, nomeadamente nos municípios de Paredes, Paços de Ferreira, Penafiel e Lousada. Além das actividades extra-curriculares no seio da universidade, este foi o primeiro contacto directo com o trabalho jornalístico.

O semanário Verdadeiro Olhar tinha sido criado recentemente, em Julho de 2007. Estava estruturado em secções que são comuns a várias publicações: Sociedade, Política, Desporto e Cultura e saía para as bancas à sexta-feira. Com a publicação impressa, veio também uma edição online. Segundo uma conversa que tive na altura com o director, soube que as principais visitas ao



Ilustração 4 - Primeira página do semanário Verdadeiro Olhar



Ilustração 5 - Aspecto do sítio de internet

sítio provém de fora do país, um sinal claro que a imprensa regional não é só importante para essa comunidade local em que o jornal está inserido, mas funciona também como um janelo para o mundo, nomeadamente para a comunidade emigrante.

Jorge Pedro Sousa (2002: 4) refere-se neste ponto à dimensão local e global dos sítios de informação regionais, a que chama de *glocal*: além de servir a população local, também constitui um ponto de aproximação da região aos emigrantes portugueses.

Apesar da curta duração da colaboração, foi uma experiência manifestamente útil e proveitosa. Trabalhei um pouco em todas as secções e a editoria de política foi a mais enriquecedora.

3.2. O telefonema da assessora

O caso que relato agora foi o mais marcante durante a colaboração com o semanário regional. Foi-me pedido que entregasse um artigo no final da manhã do dia seguinte e para tal teria de juntar às informações que vinham num *press-release* declarações do presidente da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Pedro Pinto. Como já era tarde, deixei o trabalho para a manhã seguinte. Na agenda tinha o contacto da assessora e telefonei então. Atendi e disse-me que “de momento o senhor presidente não está” e que “quando estiver telefona-lhe”. Entretanto, a *deadline* para a entrega do artigo estava a terminar e voltei a telefonar à assessora que voltou a dizer que o “senhor presidente ainda não estava” e que devia ter seguido as suas instruções: “Telefone-lhe quando o senhor presidente cá estiver”. Assim o fiz, dado que não teria a hipótese de cumprir com os prazos estipulados pelo director. No entanto, volvidos cerca de dez minutos o director telefonou-me. Pensava eu que teria de me explicar as razões pelas quais não tinha entregado ainda o artigo, mas o tema foi outro. Queixou-se de eu ter telefonado à assessora quando o que devia ter feito era respeitar e aguardar as suas instruções após o primeiro telefonema. Respondi-lhe então que para cumprir o prazo de entrega do artigo tinha voltado a contactar a assessora, na esperança de encontrar o presidente. Repetiu que devia ter esperado que a assessora devolvesse a chamada. Esperei, pois. Esta história pode, de alguma forma, ser o espelho da relação que há entre redacções e os gabinetes de comunicação e, neste caso, considera-se mais censurável o comportamento do director, que cede às pressões da assessora de comunicação, do que propriamente da assessora, que fez o trabalho que devia ter feito.

3.3. Outras experiências

O trabalho semanal consistia praticamente em partir de um *press-release* de determinada instituição e com base nesse documento telefonar aos diferentes actores. Muitas das vezes, apesar de tentar conseguir novas declarações, os depoimentos que recebia do telefonema era muito semelhantes àqueles que vinham nos *press-releases*. Fiquei com a ideia de que a entidade contactada estava muitas vezes trabalhada pelo seu gabinete de comunicação para dar apenas as informações que lhe convém e que já vinham no *press-release*. O papel do jornalista como pé de microfone é, por vezes, inevitável, pois é quase impossível dar mais informações do que aquelas que vêm no documento distribuído às redacções. Ainda assim, não se pode dizer que não se deva contactar a fonte, mesmo que tenhamos em mão um *press-release* com informação suficiente. Acontece, uma vez ou outra, que os dados distribuídos estão errados ou não totalmente correctos e é de um desses casos que refiro agora. A Câmara Municipal de Lousada distribuiu um documento onde fazia referência ao investimento de três milhões de euros que iria aplicar no ano de 2008 na rede escolar do município. O mesmo documento apresentava de forma discriminatória o investimento. Tentei fazer uma caixa abordando de forma simples qual o montante de dinheiro e onde ia ser investido. Feitas as contas no final, o total não estava de acordo com os três milhões então preconizados e confrontei a vereadora da educação. Analisando as minhas dúvidas, a vereadora deu-me razão, justificando que o montante que faltava tinha sido feito no ano anterior e que o documento espalhado pelos órgãos de comunicação social não abordava. Pediu-me para corrigir esse dado.

Outra história: o PSD-Lousada, partido da oposição naquele município, fez um périplo por uma freguesia. Durante essa jornada, visitou moradores, associações e agremiações, ouviu críticas e reclamações. No final, o gabinete de comunicação do PSD-Lousada elaborou um documento de três páginas com o essencial desse fim-de-semana de visitas, que seria a minha base de trabalho para essa semana. Li o documento. Como o espaço dedicado a essa notícia era pequeno se tivermos em conta o documento de três páginas que tinha pela frente, procurei divulgar as informações mais relevantes. Li então que uns moradores se queixavam de um fontanário público do qual brotava água poluída e que era consumida pelas crianças que frequentavam a escola ao lado. Esse fontanário não tinha placa a indicar “Água imprópria para consumo” e essa era uma das críticas apontadas pelos moradores, além da principal reclamação: os lençóis freáticos que serviam o fontanário tinham sido poluídos pela instalação

de um aterro nas proximidades. Contactei então o líder do PSD-Lousada e ouvi as suas críticas em relação ao executivo. Obrigação do trabalho jornalístico, confrontei depois o vereador da pasta do ambiente com as declarações da oposição, que por sua vez tinha ouvido os moradores. Há aqui vários pontos de interesse, desde logo o papel do jornalista de ouvir as diferentes sensibilidades políticas, contribuir para a formação de uma opinião pública mais consciente, neste caso em matéria de ambiente. Claro que cada agente político apropria-se do meio para defender as suas posições partidárias, mas o interesse do jornalista está em ouvir as diferentes posições, para um melhor escrutínio político. O trabalho que fiz foi chamado à primeira página: era de certa forma polémico, o que era um bom tónico para o colocar em primeira página.

1. TRABALHO EMPÍRICO

4.1. Objectivos

As curtas incursões no mercado jornalístico – no semanário regional Verdadeiro Olhar e durante o estágio curricular no jornal A Bola -, foram a fase primitiva do trabalho que agora apresento. As dúvidas suscitadas no desenvolvimento destes dois projectos levaram a constituir como tema de trabalho o campo fértil da relação entre jornalista e fonte de informação. Dos factos mais flagrantes para a determinação do objecto de estudo, considero o caso da assessora (cf. O telefonema da assessora) do presidente da Câmara de Paços de Ferreira. Numa breve resenha do acontecimento, após um *pressing* na tentativa de contactar o presidente daquela autarquia, a assessora telefonou ao director do Verdadeiro Olhar queixando-se do meu comportamento. Foi um caso isolado durante a colaboração com o semanário regional, mas deixou pistas para um futuro estudo: será que o meio regional torna os jornalistas mais permeáveis face às pressões das fontes? Será que os jornalistas sentem-se mais pressionados por determinado tipo de fontes e será que a relação que cultivam com elas também condiciona o seu trabalho?

Com efeito, todas as perguntas levantadas condensaram-se numa só e que a tomo como pergunta de pesquisa: **o tipo de meio influencia as atitudes que o jornalista toma face à fonte de informação?**

Um estudo a partir das semelhanças e/ou diferenças entre aquilo que se passa numa redacção de uma publicação regional contrapondo àquilo que acontece numa publicação de contexto nacional é um dos principais tópicos a ser estudados. Essa diferença será verificada no tipo de atitudes que o jornalista adopta diariamente, no decorrer do seu contacto com as fontes. No enquadramento teórico vamos encontrar algumas pistas e direcções, dúvidas e problemas para depois confrontar os jornalistas, em forma de inquérito. As respostas por eles dadas vão ter como pano de fundo a realidade do quotidiano das redacções, das pressões a que estão sujeitos e que, de certa forma, vão fundamentar as conclusões finais.

Estou certo de que obter a perspectiva do lado da fonte de informação seria uma óptima ferramenta para compreender o lado do jornalista. Porém, a resposta à pergunta de pesquisa

não pretende formular qualquer juízo moral sobre o comportamento do jornalista. Pretende, isso sim, mostrar a realidade das redacções, conhecer quais as virtudes e dificuldades da profissão jornalista e do seu trabalho em si. Além disso, pretende-se averiguar e avaliar as diferenças dessa profissão em relação ao tipo de publicação em que trabalha. De uma forma um pouco cínica, os jornalistas interpretam o papel das fontes. Assim, tendo em conta estas nuances, formulamos as seguintes hipóteses de trabalho:

- **os jornalistas da imprensa regional são os que mais sofrem pressões das fontes de informação.** Esta afirmação surge como primeira hipótese e aparece como uma hipótese comparativa em relação à imprensa de âmbito nacional. Pretende-se, sobretudo, saber se o factor proximidade exerce enorme influência na relação entre fontes de informação e jornalistas “regionais”. Por contraposição, os jornalistas do meio nacional são os que menos sofrem pressões das fontes.

- **a segunda hipótese de trabalho pretende averiguar o seguinte: os jornalistas do meio regional são os que mais cedem às pressões das fontes de informação.** O meio regional caracteriza-se pela proximidade entre actores sociais com os jornalistas, que partilham um mesmo espaço geográfico, que é limitado e em que os conhecimentos pessoais se tornam mais prováveis. Além disso, a imprensa regional revela algumas limitações em termos de recursos humanos, técnicos e financeiros, como Luísa Teresa Ribeiro (2007) apresenta em 'O poder dos meios – Análise das condições de produção jornalística em dois diários regionais'. A confirmação ou não desta hipótese responderá indirectamente à pergunta inicial.

- **por fim, considerando a diversa tipologia de fontes noticiosas, as oficiais são aquelas em que o jornalista deposita mais confiança e aquelas que mais tentam pressioná-lo.** Pretende-se com esta hipótese verificar em que tipo de fonte é que o jornalista mais confia. Além disso, pretende-se averiguar se isso tem correspondência com o tipo de fonte que mais pressiona.

4.2. Conceito-chave: campo da notícia

Um dos conceitos queridos ao académico Pierre Bourdieu é o de campo, definindo-o como um “espaço social estruturado onde, no seu interior, existem relações entre agentes”

(Santos, 2006: 18). Bourdieu aplicou este conceito ao domínio da política, da religião, científico e outros da vida humana e social. Entre os inúmeros domínios que Bourdieu trabalhou, um mais houve delineado para o mundo do jornalismo, o conceito de campo jornalístico, como “lugar de uma lógica específica imposta aos jornalistas por meio de condicionamentos e controlos” (Santos, 2006: 19).

O conceito de campo jornalístico constitui a base embrionária para este trabalho e para a compreensão da complexa relação entre jornalistas e fontes de informação. Dele deriva depois um outro conceito, o de campo da notícia, tratado por Rogério Santos e “entendido como terreno de disputa, conflito e negociação entre jornalistas e fontes” (Santos, 2006: 24). Nelson Traquina (cit. in Santos, 2006: 23) também contribuiu com uma definição para campo de notícia: “Conjunto de relação entre agentes especializados na elaboração de um produto específico”. Desta forma, Rogério Santos explica que o campo da notícia é o objectivo final dos jornalistas, mas também das fontes noticiosas, porque ambas “constituem o par que joga e trava uma disputa quanto ao significado do acontecimento a noticiar” (Santos, 2006: 17). Há lugar, então, dentro do campo da notícia, à luta e à negociação, pois o jornalista, ao contactar com uma fonte, tem sempre algum interesse *a priori*, e também a fonte, quando é contactada pelo jornalista, nunca se deixa de mostrar desinteressada (Sousa, 2005: 50). Rogério Santos e Jorge Pedro Sousa concordam num ponto: a relação entre jornalista e fonte de informação define-se como uma luta, uma luta pela informação a divulgar e pela informação a esconder e é neste binómio divulgar/esconder que se faz a disputa e negociação entre as duas partes dentro do campo da notícia. “Enquanto as fontes se esforçam em divulgar a informação, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhes extorquir informações de interesse e que as fontes, eventualmente, escondem” (Sousa, 2005: 24-25). No fundo, concluiu Rogério Santos (2003: 25), “cada parte gere a outra, o que indica uma relação de negociabilidade na construção da notícia”.

Dentro do campo jornalístico ou do campo da notícia torna-se igualmente importante aclarar o conceito de capital, de Pierre Bourdieu, na medida em que esta ideia vai influir na relação entre o jornalista e a fonte. Com efeito, esclarece Rogério Santos (2006: 21) que “por capital, Bourdieu entendera o poder um determinado agente no espaço social, precioso para a sua posição relativa no confronto com outros agentes no campo”. Nesta perspectiva, o capital de um jornalista aos olhos de uma fonte pode revelar-se uma mais-valia na luta dentro do campo da notícia. O mesmo acontece em relação à fonte noticiosa. “No caso de um jornalista, o capital, associado à reputação, autoridade e crédito pessoal, é um elemento valioso na concorrência

entre meios noticiosos, entre jornalistas no interior da sala de redacção e entre jornalistas generalistas e especialistas dos vários meios noticiosos em presença no mercado. Quanto a uma fonte de informação, o poder e o prestígio conferem-lhe acesso mais facilitado ao jornalista” (Santos, 2006: 22). Resumindo, o maior capital de um destes agentes, o jornalista ou a fonte, pode conduzir à vantagem e, em casos mais extremos, à supremacia de um em relação ao outro.

Esta visão jornalista *versus* fonte de informação na luta no campo da notícia não é tão redutora e simplista quanto parece ser. Mar de Fontcuberta (1999: 49), por exemplo, declara que “a relação entre os meios e as fontes é uma das mais complexas e estruturantes de todo o processo de produção de notícias” e Rogério Santos (2006: 18) recorre a Ericson et al. para escrever que “há uma interacção múltipla de agentes sociais, com pesos e influências diferentes: o confronto entre jornalista e fonte noticiosa amplia-se pela presença diversificada de agentes sociais de ambos os lados, em que cada um tenta mobilizar o significado do acontecimento para seu proveito”. Desta forma, a luta no campo de notícia não se faz apenas no divulgar/esconder, mas também na forma como se pretende divulgar determinadas informações.

“O modelo definitivo de análise nas relações entre fontes de informação e jornalistas atende a múltiplos equilíbrios e supremacias. Neste *enjeu*, com intrigas, rivalidade e lutas, a estrutura é a de um jogo com vários níveis ou círculos, em que se estabelece uma teia à relação das agendas política, pública e jornalística. Constrói-se um modelo de espaço, arena ou campo de luta, sujeito ao conflito e à negociação” (idem).

4.3. Relação jornalista-fonte de informação

4.3.1. O modelo Gieber e Johnson

A relação entre jornalistas e fontes de informação conhecem alguns modelos analíticos. Denis McQuail e Sven Windahl (1993), em “Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas”, elaboraram um conjunto de esquemas que importa realçar. Para retratar o tipo de relações que há entre fonte de informação e jornalista, os dois investigadores recorreram-se do modelo preconizado por Gieber e Johnson. Com efeito, apresentam-no em três partes, mas segundo um comentário posterior acrescentado pelos autores deve ser considerado como “um todo, representando as fases de um

continuum de colaboração e assimilação que geralmente caracteriza fontes de informação e repórteres”.

Em todos os casos, o elemento A corresponde à fonte, enquanto C corresponde ao comunicador.

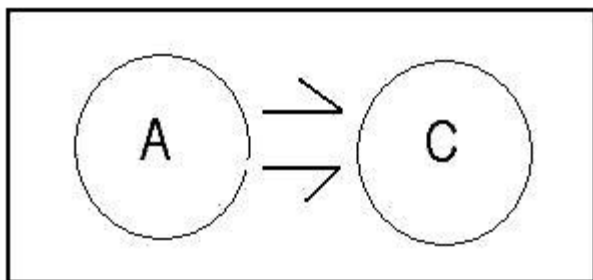


Ilustração 6 - Separação das funções fonte-comunicador (McQuail e Windahl, 1993)

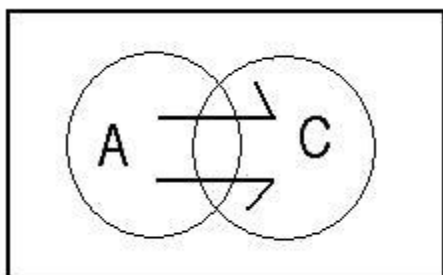


Ilustração 7 - Funções parcialmente assimiladas (McQuail e Windahl, 1993)

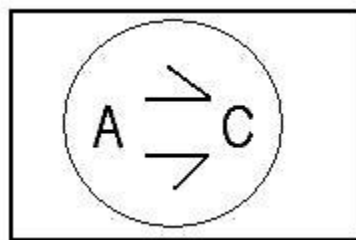


Ilustração 8 - Funções da fonte e do comunicador assimiladas (McQuail e Windahl, 1993)

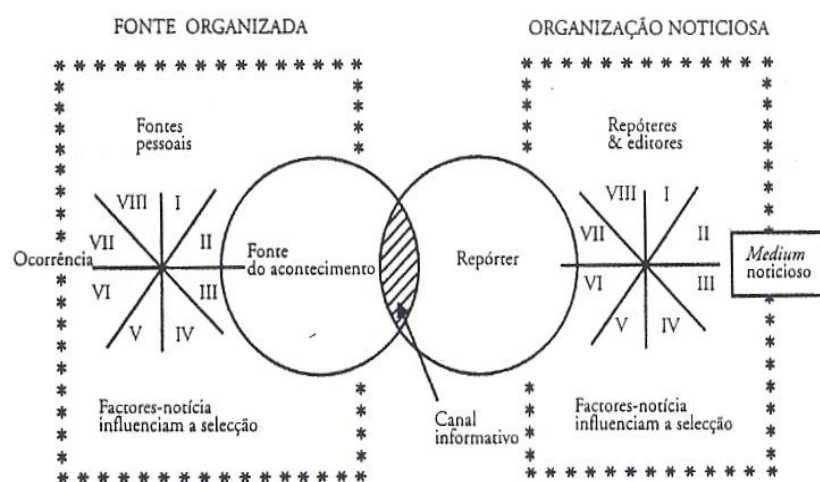
Em relação à ilustração 6, os autores originais Gieber e Johnson apresentam-na deste modo: “Os actos de comunicação dos dois comunicadores, A e C, têm respectivamente, lugar em quadros de referência (os círculos) separados por bem diferenciadas funções burocráticas, atribuições e percepções funcionais, distância social, valores, etc. O fluxo de informação canalizado (linha dupla) tende a ser formal” (McQuail e Windahl, 1993: 141). McQuail e Windahl (1993: 141) referem logo a depois que este modelo representa “o caso clássico de imprensa livre, dado pressupor total independência entre os sistemas sociais envolvidos”, em “circunstâncias de distância e contacto pouco frequente entre fonte e jornalista”.

Quanto à ilustração 7, nota-se uma sobreposição dos quadros de referência de A e C, onde “os dois comunicadores cooperam na realização das suas funções comunicativas e partilham em certa medida os valores subjacentes às funções e acções de comunicação” (McQuail e Windahl, 1993: 142). Além disso, McQuail e Windahl (1993: 142) consideram ser

este o modelo que mais se aproxima à realidade, onde “os participantes cooperam entre si e elaboram uma percepção mutuamente aceite das suas funções”, partilhando “certos objectivos, pois um precisa de colocar uma determinada história num jornal e o outro necessita de obter notícias para satisfazer um editor”. Os autores sublinham, entretanto, que há alguma perda de independência de C. No que diz respeito à ilustração 8, “o quadro de referência de um comunicador foi absorvido ou controlado pelo outro; não há distinção no desempenho das funções e nem de valores” (idem). Os autores admitem que o processo de assimilação se direcione para qualquer um dos comunicadores, apesar de considerar que, na realidade, “a pressão assimiladora é quase sempre na direcção contrária [de A para C], uma vez que na relação o fornecedor de informação tem geralmente uma posição mais forte” (ibidem).

4.3.2. Modelo de Ericson

Outro modelo, de Ericson et al., foi abordado por McQuail e Windahl (1993: 152) e aplica-se “particularmente a situações em que existem ligações regulares entre as instituições onde os acontecimentos ocorrem (por exemplo, organismos judiciais ou políticos) e os media”. O modelo adaptado de um outro elaborado por Galtung e Ruge, representado na ilustração 9, retrata um processo em duas fases, envolvendo fontes organizadas, como por exemplo empresas, departamentos governamentais, e media. “Do lado das fontes existe uma pré-selecção de acontecimentos a apresentar aos media, filtrados segundo um conjunto de factores-notícia”. Explicam os dois autores que este “processo é executado por pessoas, «fontes», que pressionam os media a «agarrar» ocorrências como notícias potenciais” (McQuail e Windahl,



1993: 152). “No centro do modelo, fontes e repórteres surgem com um grau de interesse partilhado na selecção e passagem de certos «acontecimentos» (pressionados pela

Ilustração 9 - Contextos de produção informativa (newsmaking), adaptado de Ericson et. al. (McQuail e Windahl, 1993)

fonte) para o processo

de produção mediático. Isto realiza-se através de algum meio de transmissão, ou seja, canal de comunicação entre a fonte organizada e os media” (idem). McQuail e Windahl (1993: 152-153) fazem notar, porém, que há diferenças nos critérios de selecção e nas prioridades entre jornalistas e fontes organizadas: “Repórteres e editores voltam a aplicar critérios relativos aos factores-notícia antes da escolha definitiva do que entra no órgão de informação sob a forma de um dos géneros jornalísticos”.

4.3.3. Definição de fonte de informação

Há várias definições para aquilo que se entende como fonte de informação. Começemos pela definição mais clássica, que a compara com a fonte de água: “Às fontes de onde nasce a água pura e fresca surge associada a ideia de origem da vida e de fecundação (...). De modo análogo, no terreno da informação mediatizada, a sofisticação que conhece nos dias de hoje o abastecimento noticioso das redacções pode levar a mitificar as fontes jornalísticas, a relação dos jornalistas com elas e a relação delas com os jornalistas” (Pinto, 2000: 278).

Rogério Santos (2006: 75) entende a fonte de informação como “a entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados ao jornalista, planeia acções ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento”. Mar de Fontcuberta (1999: 46) acrescenta que estas entidades “facilitam a informação de que os meios de comunicação necessitam para elaborar notícias”. Por sua vez, Jorge Pedro Sousa (2005: 48) afirma que “qualquer entidade que possua dados susceptíveis de ser usados pelo jornalista no seu exercício profissional pode ser considerada uma fonte de informação”.

Manuel Pinto (2000: 279) classificou os diferentes tipos de fontes desta forma: 1) segunda a natureza: fontes pessoais ou documentais; 2) segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas; 3) segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes; 4) segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais; 5) segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/ secundárias; 6) segundo a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes); 7) segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais; 8) segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas, preventivas ou defensivas.

Porém, no decurso do trabalho, utilizarei a catalogação proposta por Rogério Santos. A justificação é simples: trata-se de uma classificação comum aos meios regionais e nacionais e transversal a vários tipos de publicação: desportiva, económica e generalista. Para o autor (2006) as fontes classificam-se entre oficiais, não oficiais, especialistas e anónimas. Nas fontes oficiais, Santos inclui o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os ministros, órgãos governamentais; nas não oficiais estão as associações, empresas de menor dimensão, grupos cívicos, organizações não-governamentais; quanto às especialistas, Santos (2006: 81) diz que “possuem um conhecimento específico de uma área de saber e uma relação com os jornalistas que assenta em base científica” e entre as mais procuradas estão médicos, especialistas de ambientes, sociólogos e politicólogos; sobre as fontes anónimas, estas são “pessoas a quem o jornalista atribui opiniões, tomadas de posição e informações diversas, sem revelar o nome daquelas”, podendo ser um organismo governamental ou membro de uma comunidade, um indivíduo ou vários ou uma instituição mediática (Santos, 2006: 82).

4.3.4. Uma relação de luta

Muitos autores referem que a relação entre o jornalista e a fonte de informação se define pela luta, conflito e negociação. Este cenário “bélico” desenvolve-se, como já vimos, no campo da notícia, de Pierre Bourdieu. Rogério Santos (2003: 26) diz que “a relação jornalista-fonte constitui uma interacção entre dois conjuntos de actores dependentes mas adaptáveis e ajustáveis”. Ambas as partes têm interesses e intenções específicas no seu modo de operar. Por um lado, a fonte de informação tenta “sempre divulgar o que lhes interessa e omitir o que não lhes interessa. Tentam também dar aos acontecimentos um determinado significado” (Sousa, 2005: 50). Sobre as pressões que muitas vezes exercem sobre o jornalista, Joaquim Vieira (2007: 161) entende-as como normais, tão normais como a imunidade e autonomia que o jornalista deve apresentar quando confrontadas com elas: “Muitas entidades, individuais e colectivas, lutam por conseguir fazer passar a sua mensagem através dos media, porque isso pode ser parte importante na estratégia para a defesa dos seus interesses. Mas normal será também os jornalistas (e os media de uma forma geral) saberem resistir a essas pressões. Quando isso não acontece, a sua integridade está sem dúvida posta em causa, assim como poderá estar ameaçada a sua credibilidade.

Há vários pontos comuns às duas partes: 1) “dar e receber informação pressupõe um estatuto de confiança” (Santos, 2006: 90); 2) “o confronto entre jornalista e fonte noticiosa amplia-se pela presença diversificada de agentes sociais de ambos os lados, em que cada um tenta mobilizar o significado do acontecimento para seu proveito” (Santos, 2003: pp. 17-18); 3) “do mesmo modo que as fontes, também os jornalistas estabelecem uma hierarquia de contactos” (Santos, 2006: 93).

“Dar e receber informação pressupõe um estatuto de confiança”

É uma premissa essencial na relação entre jornalistas e fontes de informação. “Torna-se fácil divulgar um comunicado através de alguém que se conhece” (Santos, 2001: 102), do mesmo modo que torna-se mais fácil obter informações de alguém que se conhece. Todo o fluxo de informação que, como se pressupõe, parte da fonte para o jornalista depende em parte da confiança que uma parte tem na outra.

Joaquim Vieira sublinha a importância do estudo das fontes e do papel em toda a actividade jornalística. “Essencialmente, trata-se de apurar qual o grau de confiança que o jornalista pode depositar na sua fonte e como é que, passado esse nível, ele deve avançar na produção da sua matéria informativa” (Vieira, 2007: 115). Fernando Correia (1997: 219-220), por seu turno, diz que esta problemática é geralmente pouco valorizada “pelos analistas, esquecendo-se facilmente que os jornalistas, nomeadamente aqueles cujas tarefas os obrigam a um contacto mais permanente e próximo com as fontes, são amiúde solicitados, seduzidos ou pressionados no sentido de sacrificarem a ética profissional no altar da sacrossanta *catcha*”.

Rogério Santos (2006: 78), que estudou o trabalho diário em várias publicações, notou que há “esforço diário da fonte para manter um caudal de confiança”, pois ela constitui a “garantia de informação e apoio ao jornalista nas dúvidas deste”. Diz ao jornalista que “está a trabalhar num projecto novo, sem o enganar ou, quando não pode dar a informação toda, avisando-a dessa dificuldade e prometendo dizer tudo quando tal for possível”. Por vezes, a fonte pode dar informações extra ao jornalista, “de background, indo mesmo à situação de *off-the-record*”, mas isto só acontece se na base da relação entre ambos há uma forte estrutura alicerçada na confiança. Sendo assim, “é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem” (Pinto: 2000, 285) e, em casos especiais, a fonte torna-se mesmo na rocha de segurança para o jornalista: “Quando são abordados problemas de

ordem técnica, científica ou médica, certos jornalistas não hesitam em dar a reler aos respectivos especialistas as declarações que foram prestadas. Assim se evita, por vezes, a grande asneira ou, simplesmente, a formulação errónea” (Boucher, 1994: 74). Mas, como denotou o investigador Nuno Leite (2006: 106), da Universidade de Santiago de Compostela, há diferenças entre o pensamento do jornalista e o pensamento do cientista que pode enfraquecer a relação entre os dois: “As preocupações do jornalista residem na articulação da informação e no impacto que a mesma terá nas audiências. Já os cientistas objectivam a produção de conhecimento, vivendo muito em função da imagem que transmitem aos seus pares”.

Rogério Santos constatou que a confiança só é adquirida por ambas as partes a partir de um certo tempo de relacionamento, numa “rotina regular de contactos”, onde “cooperam e tornam-se interdependentes” (Santos, 2006: 84). “Assegurar um contacto sistemático com os media através de uma fonte organizada é a melhor maneira de controlar as ligações e evitar informações contraditórias ou não confirmadas” (Santos, 2001: 102). Jornalista e fonte de informação usam uma mesma estratégia: seleccionar e cultivar um tipo de relações que os possam beneficiar, porque, como admite Jorge Pedro Sousa (2005), nenhum jornalista contacta a fonte sem interesse e nenhuma fonte, ao ser contactada, presta informações sem as filtrar antes de acordo com a sua utilidade, grado e lucro. Mas, denota Santos, “confiança não significa que a mensagem da fonte de informação passe directamente para o jornalista, sem o escrutínio prévio ou a comprovação dos factos” (Santos, 2006: 84). Acrescenta Fernando Correia (1997: 269) que “os media não são um mero instrumentos passivo ao serviço do sistema”. Além deste facto, Jorge Pedro Sousa (2005: 50) é da opinião de que o jornalista, ao cultivar determinadas fontes de informação, deve ter o cuidado necessário para não se envolver em demasia com elas, de forma a evitar que se criem “relações problemáticas de amizade que podem criar dificuldades à actividade jornalística e mesmo à actividade da fonte”.

Jornalistas e fontes de informação estão igualmente conscientes em relação ao facto de que o engodo, o engano e a mentira, de qualquer uma das partes, pode arruinar por completo uma estrutura de confiança. “Uma só mentira destrói o trabalho de muito tempo de afirmação” (Santos, 2006: 91). Sempre que a fonte de informação presta informações ao jornalista fá-lo com base na verdade e na concisão, sob pena de o jornalista, ao ser enganado, cortar relações e revelar quem o enganou, contando o prejuízo final para as duas partes. Se para as fontes o acesso aos media ficará mais apertado, para o jornalista ficará em causa a sua reputação e credibilidade, como sugere Joaquim Vieira (2007: 114): “Daí os enormes riscos que o jornalista

corre de estar a publicar uma informação já deturpada – é a sua credibilidade que fica em causa e é a sua responsabilidade social que não é cumprida”. Aliás, o próprio Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses também salvaguarda a posição do jornalista, afirmando no ponto 6 o seguinte: “O jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas”.

A confiança em excesso pode resvalar para a familiaridade, cumplicidade e até promiscuidade entre os dois. Para evitar esta situação, deve, pois, “ficar claro aos olhos do jornalista e da fonte que uma coisa são as relações profissionais e outro são as relações de amizade” (Sousa, 2005: 50). Quando tal não acontece, pode haver lugar a uma perda de autonomia do jornalista, nomeadamente quando sofre pressões ou influências sobre como deve trabalhar. Reconhece Rogério Santos (2006: 84) que “o distanciamento nem sempre é possível”, mas o jornalista deve procurar resistir sempre que detecte alguma influência ou pressão exterior, deve procurar manter a sua autonomia profissional, para garantir “uma maior isenção perante partes com interesse económico, político ou outro”, pois “a relação próxima de poderes da administração de um conglomerado e dos dirigentes de um meio jornalístico aproxima ou funde os seus interesses”. Porque “o compadrio é a maldição do jornalismo”, escreveu Walter Lipmann (Lipmann cit. in Pinto, 2000: 285), os riscos de uma relação de confiança são muitos para os jornalistas, se “nessa permanente negociação, deixarem na prática, de o serem, para se converterem em coriféus dos poderes ou em simples comerciantes de informação” (Pinto, 2000: 285). Todavia, o Código Deontológico refere, nos artigos 1 e 3, respectivamente, que “o jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade”, ao mesmo tempo que “deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar”.

“Cada um tenta mobilizar o significado do acontecimento para seu proveito”

O campo da notícia é a última guerra na batalha entre o jornalista e a fonte de informação. Se o acesso é uma questão importante quando se estuda a relação jornalista-fonte, não menos o é o cunho e enquadramento social que jornalistas e fontes de informação querem

atribuir ao produto final para o qual trabalham – a notícia. “Na notícia, lendo-a convenientemente, espelha-se esta dança de lances de jogo e negociação” (Santos, 2006: 34).

A primeira constatação a fazer adverte para papel importante que os jornalistas têm em mãos, pelo facto de não serem “meros intermediários ou observadores” e que, com efeito, “têm ou podem ter um papel activo no material que seleccionam para divulgar, no enquadramento e contextualização das informações que obtêm junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão” (Pinto, 2000: 285-286). Ou seja, nem tudo o que a fonte noticiosa lhe dá é para beber. Jorge Pedro Sousa (2005: 50) diz mesmo que o interesse do jornalista deve estar mais centrado naquilo que a fonte não lhe diz do que naquilo que lhe diz. E, “se for competente, o jornalista procurará também fugir ao significado inicial que a fonte dá a um acontecimento para encontrar outros significados, porventura aqueles que não interessam à fonte. Mas deve saber aproveitar as informações que a fonte lhe dá e as pistas para encontrar novas informações que a fonte lhe sugere”. Mas nem sempre isto acontece. Fernando Correia (1997: 220) recorda que, “pressionado pela *cacha*, o jornalista pode, à revelia da deontologia, ser levado a tornar-se agente ou instrumento de outros interesses” e, citando José Pedro Castanheira, afirma que “há fontes (e não são poucas...) que tiram deliberadamente proveito da apetência do jornalista em obter informação em primeira mão e que, por isso, é muitas vezes levado a aceitar as regras que lhe são impostas pela fonte. Regras que, frequentemente, pouco têm a ver com critérios jornalísticos”.

Torna-se evidente o interesse das fontes no enquadramento que o jornalista irá dar à notícia. Rogério Santos (2003: 37) explica que elas “preocupam-se mais com os efeitos do controlo social dos meios noticiosos do que com o seu valor de informação pública” e, se “o que marca a produção das notícias é o significado atribuído aos acontecimentos”, a fonte procura igualmente negociar os “sentidos preferidos e representados nas notícia”. Citando Ericson, Rogério Santos notou que esta negociação “ocorre a vários níveis, entre membros e unidades numa fonte, entre membros de diferentes fontes, entre jornalistas e editores numa dada organização noticiosa, entre membros de diferentes organizações noticiosas, e entre fontes e organizações noticiosas” (Ericson et al. cit. in Santos, 2003: 37). No fundo, como constatou Manuel Pinto (2000: 285), “os jornalistas, tanto individualmente como enquanto grupo profissional, detêm um poder que não pode ser menosprezado”.

Um passo importante para a entrada das fontes de informação na órbita dos media foi a compreensão ou, pelo menos, a intuição delas de que há critérios e lógicas que os jornalistas seguem para noticiarem determinado facto ou acontecimento. “Qualquer fonte sabe que um acontecimento por si criado tem de promover aspectos de novidade, dramatismo ou sensacionalismo capazes de encontrar eco nas organizações noticiosas” (Santos, 2001: 98). E, frequentemente, conseguem-no com sucesso. “Desenvolvendo algumas estratégias que estimulam o apetite dos jornalistas”, as fontes jogam também com a pressão, o tempo e a disponibilidade dos jornalistas para fazerem passar as suas mensagens (Santos, 2001: 91). Mas há um aspecto que nunca irá mudar no seu *modus operandi*. “As fontes libertam informação à medida do seu interesse: quanto menos informação houver sobre um assunto, mais o jornalista aceita o material dado pelas fontes” (Santos, 2001: 99-100).

“Do mesmo modo que as fontes, também os jornalistas estabelecem uma hierarquia de contactos”

A questão da hierarquia está intimamente relacionada com o acesso. E quando falamos de acesso, estamos a abordar aquele que parte da fonte para o jornalista como aquele que parte do jornalista para fonte. Como primeira ideia, podemos declarar que jornalistas e fontes se relacionam de uma forma interessada e seleccionada, pelo que há fontes e jornalistas mais apetecíveis do que outros, encaixando como uma peça de puzzle o conceito de capital, de Pierre Bourdieu, abordado umas folhas antes. Há fontes com maior capital e essas são as que mais interessam aos jornalistas. Há jornalistas com maior capital e esses são os que mais interessam às fontes.

Rogério Santos (2006: 91) assenta desde logo a ideia de que “as fontes de informação não tratam todos os jornalistas de igual modo” e prossegue dizendo que “o valor do jornalista em si depende da organização noticiosa, localização geográfica, área de especialização e seu posicionamento hierárquico na profissão”. “O acesso a que a publicação do jornalista pertence e balanceado com outros factores como o tempo de permanência da profissão” também influem no modo de relacionamento entre fonte e jornalista. Pesados todos estes factores, há lugar “à escolha selectiva de jornalistas, o que determina a ponderação da oferta de informações aos diversos meios noticiosos”.

Porém, nem toda a fonte de informação tem na mão o poder de selecção de jornalistas, contribuindo para isso o valor e mais-valia que ela própria é para os jornalistas e que automaticamente reconhece. Portanto, os jornalistas têm também poder de selecção e estabelecem hierarquias. “Quando a fonte de informação é importante, com categoria de voz autorizada e acesso directo ao poder, qualquer jornalista tolera falhas e a arrogância com que se apresenta a fonte” (Santos, 2006: 93).

A fonte oficial tem maior poder. “O jornalista aceita melhor as fontes oficiais, categoria fundamental nas notícias. Estas nem sempre dão a resposta pretendida, de imediato. (...) à fonte oficial nem todos os jornalistas interessam. A escolha destes é feita com critério pela fonte, tendo em conta o prestígio do jornalista ou do jornal” (Santos, 2006: 77). Ela “preocupa-se com a escolha do meio noticioso e do jornalista, fornece a informação de acordo com os seus objectivos, faz um acompanhamento da acção, está atenta ao que se passa em volta” e, “com frequência, os jornalistas operam mais no domínio da obtenção de declarações e opiniões de fontes poderosas e interessadas na sua divulgação e menos na busca de factos novos e correlação com outros factos” (Santos, 2006: 77-78). Manuel Pinto (2000, 284) divide a estratégia das fontes poderosas em dois eixos: “por um lado, a conquista do acesso aos media, e não apenas da cobertura dos media; por outro lado, o esforço de gerir com o máximo cuidado as tentativas dos jornalistas de aceder às áreas de bastidores das instituições a que estão ligados”. Baseado no estudo de Manning, Rogério Santos registou que “as fontes poderosas exercem influência sobre os jornalistas, quer na altura em que decidem produzir e libertar informação, quer nos momentos em que gerem o silêncio” (Santos, 2006: 79). Rogério Santos (2006: 85) entende que “o êxito das fontes oficiais no acesso aos meios noticiosos reside no desempenho dos seus recursos financeiros, institucionais, culturais – credibilidade, legitimidade e voz autorizada”. Um dos casos mais paradigmáticos da colagem dos media às fontes oficiais aconteceu durante da Guerra do Golfo de 1991, para onde foi destacado um grupo de jornalistas que já tinha acompanhado os militares norte-americanos durante a invasão do Panamá em 1989. Além disso, na Guerra do Golfo, as fontes militares usavam a seu favor o facto de serem eles próprios a marcarem a agenda, porque a maioria dos jornalistas não dominava o jargão militar e não era especializada. Porém, a Guerra do Golfo foi apenas um caso, pois, como refere Philip M. Taylor (2003: 63-79), a propaganda oficial em tempos de guerra começou muito antes, durante a I Guerra Mundial, onde o acesso dos jornalistas às frentes de batalha estava estritamente vedado, que era umas das estratégias principais para controlar e manipular o

trabalho dos jornalistas. Depois da I Grande Guerra, em 1914, podem contar-se outros casos como a II Guerra Mundial, a Guerra Fria e a Guerra do Vietname.

Em Portugal, os casos Universidade Moderna e Casa Pia ficaram conhecidos pelo modo como jornalistas e fontes de informação se relacionaram, ao divulgar conteúdos de escutas telefónicas, quando esses conteúdos estavam em segredo de justiça. No caso Moderna, o Conselho Deontológico elaborou um relatório em que «reprova severamente» o comportamento de três jornalistas do Diário de Notícias, depois de estes anunciarem diligências da Polícia Judiciária à Universidade Moderna.

E se “as mais poderosas (governamentais, grandes instituições) garantem com facilidade a colocação dos seus acontecimentos nas páginas dos jornais (...), outras fontes (associações, empresas de menor dimensão, grupos cívicos, organizações não governamentais) lutam pela divulgação dos seus acontecimentos (Santos, 2001: 98). Ao observar o comportamento de grupos ambientais, ficamos a perceber melhor o esforço que as fontes menos poderosas fazem para alcançar a visibilidade nos media. Com frequência, vemos activistas da Greenpeace acorrentados aos portões de residências de personalidades com poder, em greve de fome ou barricados em algum edifício contra o qual se insurgem. Alison Anderson (2003: 117-132) refere mesmo que os grupos ambientais “tornaram-se incrivelmente sofisticados na sua abordagem aos media”. Além destas estratégias, as fontes que revelam menos poder tentam estimular o jornalista através de informações *off-the-record* (Santos, 2001: 94).

4.4. Contexto da imprensa regional

A imprensa regional assume enorme importância neste estudo. Pretende-se verificar se há diferenças deste meio em relação à imprensa de âmbito nacional na forma como jornalistas e fontes de informação se relacionam. O raio geográfico em que a imprensa regional se desenvolve, mas também as limitações técnicas e humanas que vários autores evidenciam, são alguns pontos que interessam. Porém, começemos pela definição de comunicação social regional ou media regional.

Há sem número de definições, todas discutíveis, por certo, mas a maior parte delas com um denominador comum: a proximidade geográfica e a forte territorialização. Jorge Pedro Sousa

(2002: 4) diz que “a comunicação social regional e local tem sempre por referente um território, um espaço físico, uma área geográfica. É aquela que se vincula à realidade regional e local, à vida quotidiana da comunidade onde se insere, à vida comercial dessa comunidade, à dinamização sócio-cultural comunitária”. Jorge Sousa recorre a vários autores para melhor evidenciar esta definição e, citando Camponez, adianta: “As características que melhor definem a imprensa regional são a sua forte territorialização, a territorialização dos seus públicos, a proximidade face aos agentes e às instituições sociais que dominam esse espaço, o conhecimento dos seus leitores e das temáticas correntes na opinião pública local” (idem). Num estudo sobre a imprensa regional, Victor Amaral (2006: 4) assegura que “a prática da informação regional assume, em cidades como a Guarda, um papel fundamental na revitalização do espaço público, ao preencher um vazio sobre a problematização de situações de um quotidiano habitualmente esquecido”.

Um outro académico que se debruçou sobre os media regionais e locais é o espanhol Xosé Lopez. Para ele, “a imprensa local é aquela que mais de ajusta ao que propõe Dovifat: Todos os jornais têm de conformar o conteúdo de tal maneira que possa formar e manter uma comunidade de leitores na sua zona de difusão. Esta comunidade deve ficar satisfeita com o periódico e outorgar-lhe confiança, sentindo-se protegida e bem servida com o trabalho diário daquele em matéria informativa e de opinião” (Lopez, 2007: 13). Todavia, seja qual for a definição de informação local, esta não deve, segundo Xosé Lopez (2007: 18), “identificar a informação de proximidade com uma informação de segunda e imitadora dos grandes meios de referência, alguns globais e a maioria *supralocais*. A informação local do terceiro milénio tem de ser uma informação de qualidade, plural, participativa, imaginativa e que conte o que ocorre na zona onde se assenta o meio, na zona para a qual informa e conte o que afecta e interessa aos habitantes desse âmbito, mesmo que se produza fora”.

Xosé Lopez, Fermín Galindo e Manuel Villar (1998) destacam o papel fulcral da informação de proximidade, que se converteu, em alguns casos de modo inconsciente, num veículo para a expressão de um projecto social de uma colectividade e, ao mesmo tempo, num intermediário e actor das relações sociais que se estabelecem dentro e fora desta colectividade.

A comunicação social regional envolve, refere Jorge Sousa (2002: 4), três conceitos: comunidade, vizinhança e proximidade. Comunidade porque a “comunicação social regional e local estabelece-se numa comunidade, rural ou urbana, porque se desenvolve entre pessoas em

interacção próxima”, vizinhança porque “a comunicação social local e regional ocorre próxima das pessoas em interacção e esta proximidade é, normalmente, física e mental” e proximidade porque são “meios de comunicação próximos das pessoas que os usam”.

Em termos comparativos, por imprensa nacional entendemos as várias publicações que abrangem todo o território nacional, quer no seu conteúdo informativo que reportam, quer ao público a que está acessível. Nesse sentido, torna-se fácil vislumbrar a principal diferença conceptual entre imprensa nacional e a imprensa regional: o espaço geográfico. Enquanto a imprensa regional desenvolve-se numa região ou localidade, a imprensa nacional tem como delimitações todo o território português. Mas não se pode excluir da sua esfera mediática acontecimentos regionais e do mundo inteiro, tendo inclusive correspondentes em determinadas regiões e países. Assim, na imprensa nacional consideramos, entre outros, os diários generalistas *Jornal de Notícias*, *Público* e o *Diário de Notícias*, os diários de informação especializada como económico *Jornal de Negócios* e o desportivo *A Bola* e ainda os semanários como *Expresso* e o *Sol*.

4.4.1. Limitações técnicas e humanas

As definições mais alargadas que acabamos de fazer não têm correspondência com a realidade que o quotidiano das redacções nos mostra. Luísa Teresa Ribeiro (2007: 1) escreve que nas três últimas décadas do anterior século, a imprensa regional era vista como “algo de menor e sem estatuto”, utilizando aqui as palavras do antigo secretário de Estado Feliciano Barreiras Duarte. Cita igualmente Camponéz, que destaca “leituras críticas que remetem a imprensa regional para formas desqualificadas de comunicação, navegando nas águas turvas de um jornalismo pré industrializado, ausente de noções éticas, pouco profissionalizado, temeroso e cacique” (2007: 1). Autora de um estudo sobre o trabalho diário nos dois jornais regionais da cidade de Braga, *Diário do Minho* e *Correio do Minho*, Luísa Teresa Ribeiro denota as principais dificuldades e carências do exercício do jornalismo num meio limitado em recursos humanos e técnicos. Transcrevendo um excerto da entrevista em 2005 que realizou junto do então director do *Diário do Minho* João Aguiar Campos, a actual coordenadora do mesmo jornal (2007: 459) refere: “Mas um meio de comunicação, limitado nos seus meios materiais e humanos, respondendo a isto tudo, deixa de ter hipóteses de fazer quase mais nada. E por isso pode viver o drama de resumir aquilo que um conjunto de instituições querem dizer e de não dizer aquilo

que o grande público precisaria de saber. É este o drama do Diário do Minho, como penso que o de grande parte da imprensa regional, pelo menos da imprensa regional diária”.

Por isso, não será de estranhar que as limitações nos dois diários do Minho venham a ter influência no trabalho quotidiano, evidenciado nos depoimentos prestados pelos directores daquelas publicações à jornalista. Escreve Ribeiro (2007: 559) que “os directores admitem a escassez dos recursos humanos e a profissionalização das fontes, constatando que, depois de distribuídos os jornalistas pelos serviços de agenda, não sobram profissionais para desenvolver outros trabalhos”. João Aguiar Campos admite mesmo a existência de “uma sobrecarga ou a falta de meios humanos com que as redacções se debatem” e a existência de “um conjunto de assuntos cuja abordagem exige maturidade, que algumas redacções não têm”. “E quanto mais fraco, em número e qualificação, é um corpo redactorial mais fácil é ao poder pressioná-lo e influenciá-lo, desde logo porque há menor disponibilidade para proceder à comprovação dos dados e para ouvir todas as partes envolvidas”, denotou José Ricardo Carvalheiro (1996: 3), no artigo “Os media e os poderes locais”, publicado na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, da Universidade da Beira Interior.

No decurso da Reforma da Comunicação Social Regional e Local do XV Governo Constitucional, iniciada em 2004, o número de títulos de jornais regionais registados no Instituto da Comunicação Social era de 900, 30 dos quais eram diários. No diagnóstico que serviu de base para a reforma, constatou-se que os jornais regionais tinham “uma grande dependência do Estado”, pois recebiam, “na sua maioria [537, em 2004], porte pago ou apoios diversos” (cf. anexo 4, referente ao número de publicações regionais abrangidas pelo Porte Pago e Incentivo à Leitura) e alertou para a situação débil da economia de grande parte das publicações regionais, que trabalhavam num modelo considerado “amador e proteccionista”.

O mesmo documento referia que “o principal obstáculo ao crescimento de públicos de imprensa regional são os fracos índices de leitura” em Portugal e que “o porte pago pretendia ser um incentivo à leitura e não à criação de novos jornais e revistas”. Os números apresentados apontavam para um investimento de 45 milhões de contos nos 12 anos anteriores à divulgação daquela reforma, dos quais 43 em porte pago. Se ideia inicial era aumentar os índices de leitura, o investimento fracassou: “o número de títulos aumentou em 40%, tendo a tiragem média – circulação e leitura – diminuído 11%”.

Em 2008, já depois de o Decreto-Lei n.º 98/2007, de 2 de Abril ter extinguido o Porte Pago, 274 publicações beneficiaram do Incentivo à Leitura que aquele diploma aprovou. No mesmo ano, em Maio, a Marktest divulgou um estudo onde mostrava que 47.3% dos residentes no Continente com 15 e mais anos têm o hábito de ler jornais regionais.

4.4.2. A proximidade

Um dos pontos mais sensíveis no seio da actividade jornalística de âmbito regional reside na proximidade entre os actores da notícia e os jornalistas. As vantagens são evidentes: permanente contacto com uma realidade, conhecimento dos diferentes agentes sociais, maior desenvoltura no trabalho a realizar no terreno, etc. Xosé Lopez (2007: 23) destaca a maior capacidade “do jornalista local para ouvir todos os actores – todas as fontes -, conhecer os seus interesses e dispor assim de informação para, mediante os filtros oportunos, elaborar informação séria e responsável”. Lopez (2007) acrescenta ainda que a prática do jornalismo de proximidade permite estabelecer uma maior relação entre o profissional de informação e dos usuários, que pode reflectir no estabelecimento de diferentes formas de participação.

Todavia, o autor revela a outra face de um trabalho jornalístico num contexto mais próximo, com o perigo das “facilidades com que contam também os poderes locais para a pressão directa ou indirecta sobre o informador” (Lopez, 2007: 23). “Este circuito fechado”, segundo Luísa Teresa Ribeiro (2007: 461), “não é o ambiente propício para o desenvolvimento de um jornalismo de investigação, especialmente por empresas sem grande dimensão”. Tomando como exemplo Braga, Ribeiro cita declarações de João Aguiar Campos para dizer que a capital do Minho, “sob este ponto de vista, é uma aldeia”, onde todos são “primos e primas”. “É muito mais fácil criticar o poder central longínquo, de onde geralmente não vem qualquer eco, do que responsabilizar e acusar os políticos locais que arriscamos encontrar nos cafés”, afirma Carvalheiro (1996: 6). Daí que se conclua que “a proximidade – que é uma mais-valia dos órgãos de informação locais e regionais – acaba por ser também um constrangimento para o desenvolvimento da actividade jornalística. Estabelecem-se relações com as fontes que aconselham a alguma cautela na hora de divulgar uma informação porque se pode fechar definitivamente uma porta importante para outras «estórias» e com a qual o jornalista se pode cruzar ao virar da esquina” (Ribeiro, 2007: 461).

4.4.3. O poder político

O poder político local e regional tem também a sua especificidade no modo de se relacionar com a imprensa regional. Luísa Teresa Ribeiro (2007: 559), na entrevista que realizou junto dos directores do Diário do Minho e do Correio do Minho, focou especialmente este ponto. Transcreve António Costa Guimarães, ex-director do Correio do Minho, para abordar a questão da profissionalização das fontes, “principalmente nas câmaras municipais e nas grandes empresas”. Costa Guimarães nota que “algumas câmaras municipais têm gabinetes de comunicação que são autênticas redacções”, muitas vezes maiores do que aquelas de que dispõem os órgãos de comunicação social. “Por muito que a gente queira resistir a essa pressão de fornecimento de informação/promoções, alguns concelhos ou câmaras municipais acabam sempre por tirar mais benefício disso do que outros, logo a começar por ser mais fácil e por beneficiarem da pressão dos jornalistas”, reconhece o director do Correio do Minho. Victor Amaral (2006: 5) analisou a relação da imprensa regional com poder político partindo do princípio de que ela deve se apresentar como instituição “com forte relação com o respectivo contexto político e social. São, por isso, espaços propícios à luta simbólica entre os mais diversos actores que, a montante e a jusante, com eles interagem e se relacionam”.

Desta forma, o poder político estabeleceu “uma rede de comunicação que defenda os seus interesses e que trata de conseguir uma boa posição em diferentes meios” (Lopez, 2007: 110). “Hoje, qualquer Câmara, qualquer instituição de segunda ou terceira categoria, tem um gabinete de imprensa, que povoam as redacções de comunicados, faxes, e-mails ou telefonemas e isso cria uma gestão muito difícil do dia-a-dia”, demonstrou o ex-director do Diário do Minho, João Aguiar Campos (Ribeiro, 2007: 560). A profissionalização das fontes, principalmente no poder político, veio evidenciar mais algumas das falhas no funcionamento das redacções. Ao nível do agendamento, por exemplo. Ao aperceberem-se da falta de tempo e disponibilidade dos jornalistas, os gabinetes de comunicação trataram de bombardear as redacções com notícias e *press-releases*, enfraquecendo de sobremaneira o jornalismo de investigação e a confrontação com os factos. José Ricardo Carvalheiro (1996: 5) questiona: “Quem é que fornece ao jornalista informações sobre as irregularidades dos políticos? Na maioria das vezes são outros políticos. Num meio pequeno chega a haver um autêntico trabalho de malabarista, com o jornalista à procura de delicados equilíbrios em que seja possível não hostilizar as fontes – sob pena destas «secarem» – sem deixar de noticiar os factos”.

O que não ajuda também à maior impermeabilidade dos media face ao poder político é a lógica de concorrência que impera neste meio. “Porque, se há um forte corporativismo entre os jornalistas, também é verdade que é grande a concorrência entre eles e é, mesmo, o sentimento de competição que prevalece entre colegas”, refere José Ricardo Carvalheiro (1996: 5), que cita Mário Mesquita para vincar esta ideia: “Há hoje um reforço dos critérios de mercado em detrimento das preocupações deontológicas”. “Não há coesão entre jornalistas e isso fragiliza os órgãos de informação perante os apetites da classe política”, reitera Carvalheiro (1996: 5).

4.5. Modelo de análise

4.5.1. Explicação

Elaborado o quadro teórico, a próxima etapa será aquela que fará ligação ao instrumento de concretização do trabalho, ou seja, que fará a ponte entre a parte mais teórica e a parte mais prática do trabalho. Trata-se do modelo de análise, que de uma forma simples sintetiza as problemáticas anteriormente levantadas, ao mesmo tempo que explica as direcções formuladas no inquérito, instrumento usado para a recolha dos dados. O quadro seguinte tem em conta isso mesmo.

CONCEITO	DIMENSÕES	INDICADORES
EXPERIÊNCIA	-	<ul style="list-style-type: none"> Anos de trabalho
GEOGRAFIA DO MEIO	-	<ul style="list-style-type: none"> Nacional Regional
TIPO DE FONTE	-	<ul style="list-style-type: none"> Oficiais Não oficiais Especialistas Anónimas
ATITUDE DO JORNALISTA FACE À PRESSÃO DA FONTE DE INFORMAÇÃO	Componente afectiva	<ul style="list-style-type: none"> Relação de confiança que mantém com a fonte Sentimentos pessoais acerca da fonte que pressiona Sentimento que lhe desperta a pressão

	Componente cognitiva	<ul style="list-style-type: none"> • Percepção que tem das vantagens e desvantagens da relação de confiança com a fonte
	Componente comportamental	<ul style="list-style-type: none"> • Cedência (ou não) em relação às pressões da fonte de informação • Aceitação (ou não) das pressões da fonte, apesar de não ceder a elas

Desconstruindo o modelo de análise, há várias notas que importa referir, a primeira das quais refere-se à experiência ou, melhor dizendo, aos anos de trabalho do jornalista. Apesar de não ser um tópicos estudados neste trabalho, uma análise aos anos de trabalho do jornalista poderá servir como uma medida de controlo da amostra, uma vez que se pretende justificar as diferenças registadas entre imprensa regional e imprensa nacional a partir da geografia do meio.

Em relação à geografia do meio, os indicadores dizem respeito somente ao tipo de meio impresso. Todas as outras plataformas (televisão, rádio e internet) ficam fora do estudo. Mais uma vez, pretende-se verificar as diferenças entre o meio regional e meio nacional unicamente através da geografia do meio. Ao estudar várias plataformas ao mesmo tempo, outra das variáveis independentes teria de ser, necessariamente, o meio. Além disso, os indicadores foram circunscritos ao território nacional, onde contamos com a imprensa nacional, que alude aos jornais que cobrem todo o país, como são exemplo disso o Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Público ou Diário de Notícias, e ainda com a imprensa regional, como o Diário do Minho e Correio do Minho. Tendo em conta a pergunta de partida, pretende-se saber se o tipo de meio tem alguma influência na atitude que o jornalista toma perante as pressões da fonte noticiosa.

A classificação do tipo de fonte é aquela que Rogério Santos faz. Está dividida em Oficiais, Não Oficiais, Especialistas e Anónimas. Como verificámos no enquadramento, o tipo de fonte também vai influir na atitude que o jornalista vai tomar quando confrontado com a pressão dela. Além disso, pretende-se observar em que tipo de fonte é que o jornalista deposita mais confiança, que tipo de fonte é que tende a exercer mais pressão, que tipo de fonte é que o jornalista tende a aceitar e/ou ceder ao seu comportamento. Há, porém, uma nota a referir: na transição para o inquérito, o tipo de fonte Anónimas será substituído por Oficiosas, uma vez que a fonte é anónima aos olhos do leitor, mas aos do jornalista não.

Por fim, temos o conceito das atitudes. Segundo Eagly e Chaiken (in Vala, J. e Monteiro, M., 2000: 188), atitude é um “constructo hipotético” referente à “tendência psicológica que se expressa numa avaliação favorável ou desfavorável dum entidade específica”. Quando falamos de constructo hipotético estamos a dizer que as atitudes não são directamente observáveis; são, isso sim, inferidos, através de observações de actos exteriores. As atitudes têm três componentes: cognitiva, afectiva e comportamental. A componente cognitiva refere-se àquilo que uma pessoa sabe acerca do objecto da atitude – representa os conhecimentos acerca de algo; já a componente afectiva consuma-se nos sentimentos e emoções que a pessoa tem relativamente ao objecto; a comportamental, por fim, é o conjunto das acções da pessoa em relação ao objecto (precedendo, normalmente, das outras duas componentes, não deriva necessariamente delas). Na componente afectiva temos em consideração o tipo de relação com a fonte, sentimentos pessoais acerca da pressão da fonte e da própria fonte que pressiona. Em relação à componente cognitiva, apenas averiguamos a percepção das vantagens e desvantagens que o jornalista retira de uma relação de confiança com a fonte. Por último, temos a componente comportamental. Nesta dimensão, os indicadores irão avaliar se o jornalista cede ou não (e com que frequência) a pressões por parte da fonte de informação e se aceita ou não que as fontes lhe pressionem, apesar de não ceder.

4.6. Método

Em relação ao método, o instrumento de recolha de dados consiste num inquérito (cf. anexo 37) composto por perguntas fechadas e com a limitação de respostas, como por exemplos, “Por ordem, indique o tipo de fontes...” – “Oficiais; Não oficiais; Especialistas; Oficiosas” – ou “Acho que uma relação de confiança com as fontes é positivo...” – “Discordo plenamente; Discordo bastante; Discordo; Sem opinião formada; ...”. No total, o questionário compreendeu 19 perguntas e o tempo necessário para responder não ultrapassou os 10 minutos. Este procedimento ocorreu entre a última semana de Maio, data em que começou a auscultação da disponibilidade dos jornalistas para responder ao inquérito, e a última semana de Junho, quando foi recolhido o último questionário a contar para a amostra.

Um ponto que se deve assinalar diz respeito ao procedimento de recolha de dados. A previsão era a de ter uma amostra de 50 inquiridos, equitativamente dividida pela única variável independente, a saber, o tipo de meio – ou seja, previa obter a resposta ao inquérito por parte

de 25 jornalistas de publicações regionais mais 25 de jornalistas de publicações nacionais. No entanto, tal não correspondeu à ideia inicial. Foram contactados através de e-mail 156 jornalistas para o preenchimento do inquérito, 53 dos quais obtive a resposta – a taxa de resposta ficou um pouco abaixo dos 34 por cento.

Outro ponto de enfoque, ainda no procedimento, refere-se aos locais de recolha. Ainda que não houvesse propriamente um local, o único meio utilizado para a obtenção da amostra foi a Internet, nomeadamente através do e-mail pessoal do inquiridor e dos inquiridos. Desta forma, os e-mails foram recolhidos nos sítios de internet de vários jornais com publicação impressa e também nas páginas dos próprios jornais que indicam o e-mail junto ao autor da notícia.

A principal desvantagem deste tipo de meio reside no facto de ser impessoal, ainda para mais quando se pretende que os jornalistas respondam a perguntas um pouco desconfortáveis como “Já cedi a pressões por parte da fonte de informação” – “Sempre; Muitas vezes; Algumas vezes; Raramente; ...”. A vantagem prende-se sobretudo ao nível da “geografia das respostas”, porque foi possível contactar jornalistas de norte a sul do país, incluindo as ilhas da Madeira e dos Açores: Braga, Guimarães, Póvoa do Varzim, Porto, Paredes, Espinho, Aveiro, Coimbra, Guarda, Vila Real, Bragança, Leiria, Nazaré, Santarém, Lisboa, Setúbal, Faro, mais os dois arquipélagos. No que diz respeito à periodicidade das publicações, temos 14 semanários e nove diários, numa contabilidade que congrega publicações de âmbito regional e de âmbito nacional. Entre as publicações de âmbito nacional, foram contactados jornalistas de imprensa generalizada, assim com jornalistas de imprensa mais especializada, como é o caso da económica e da desportiva.

4.7. Análise de dados

4.7.1. Caracterização da amostra

O número de ‘n’ corresponde a 53, sendo que 25 jornalistas responderam como fazendo parte de um jornal nacional, 22 de um jornal regional e apenas seis como trabalhando simultaneamente para um nacional e um regional. O gráfico ao lado reflecte o tamanho da amostra com a qual vamos trabalhar.

Além disso, convém referir a média de anos de experiência dos inquiridos. Não se pode dizer que a amostra seja composta por jornalistas com pouca ‘tarimba’ e fraca experiência a nível profissional, pois a média situa-se

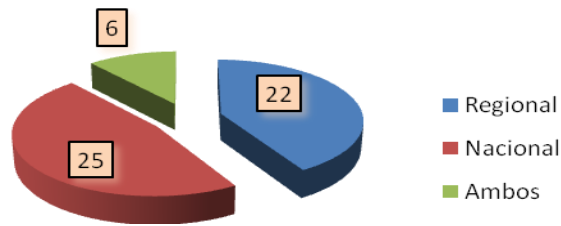


Gráfico 1 - Composição da amostra

acima dos dez anos de trabalho como jornalista (cf. anexo 5). Discriminando os dados, a média de anos de experiência dos jornalistas que trabalham num jornal regional é de 11,23, enquanto que os jornalistas que trabalham num jornal nacional revela uma média de 10,60. No que toca aos jornalistas que trabalham para ambos os tipos de jornal, a média de anos de trabalho é de 10,67 (cf. anexo 6). Assim, pode-se assegurar que proximidade entre as médias não será justificação para as disparidades entre as respostas dos jornalistas de imprensa regional e os jornalistas de imprensa nacional e, ao mesmo tempo, reforça a única variável independente: a geografia do meio.

4.7.2. Discussão dos dados

Segundo a amostra, o contacto entre jornalista e a fonte de informação anteriormente já abordada é bastante frequente (cf. anexos 7 e 8). Entre as 53 respostas, nenhuma delas referiu que nunca contacta fontes noticiosas já anteriormente abordadas. E apenas por uma vez foi respondida como sendo rara a frequência desse tipo de contacto. Quanto às respostas mais assinaladas, cerca de 60 por cento dos inquiridos respondeu ‘Muitas Vezes’ e 22,6 por cento assinalou ‘Sempre’. A resposta ‘Algumas Vezes’ surge de seguida, com 15,1 por cento. Isto significa que sempre que o jornalista contacta a fonte essa fonte não lhe é desconhecida de todo. E, vale a pena recordar, o contacto do jornalista com as fontes de informação é diário.

Se analisarmos os dados de acordo com a geografia do meio, não se verifica uma grande diferença. No meio regional, as respostas mais dadas foram ‘Muitas Vezes’, por 15 vezes, e ‘Sempre’, por quatro, ao passo que no meio nacional por 12 vezes foi assinalada a resposta ‘Muitas Vezes’ e por sete a resposta ‘Sempre’. A pergunta aqui feita foi a seguinte: ‘Diariamente, contacto com fontes que já abordei anteriormente’.

Tendo em conta estes dados, será de prever que exista uma relação de confiança sólida entre jornalistas e fontes noticiosas. Essa hipótese assume outros contornos nos resultados obtidos na pergunta 4 do inquérito: ‘Na sua generalidade, que confiança tem com as fontes de informação?’. Com efeito, perto de 45 por cento dos jornalistas responderam que mantêm uma relação de confiança ‘Muito Boa’, sendo esta a resposta mais assinalada. A segunda resposta mais verificada foi ‘Boa’, dada por 34 por cento dos inquiridos (cf. anexo 9).

Os jornalistas de publicações nacionais são os que depositam mais confiança nas fontes, assinalando por 14 vezes a resposta ‘Muito Boa’ e por seis a resposta ‘Boa’. No que diz respeito ao meio regional, por uma vez foi dada a resposta ‘Excelente’, enquanto a resposta ‘Muito Boa’ foi assinalada por oito vezes (cf. anexo 10).

Desta forma, os jornalistas assumem com bastante certeza que a existência de laços de confiança com as fontes é positiva para o seu trabalho. Os dados dos anexos 11 e 12 revelam que a afirmação ‘Acho que uma relação de confiança com as fontes é positivo para o trabalho do jornalista’ tem a concordância plena por parte de 54, 7 por cento dos jornalistas, o que corresponde a 29 respostas - 14 respostas foram dadas por jornalistas do meio regional e outras tantas do meio nacional; uma resposta foi dada por um jornalista que trabalha num jornal regional e nacional, simultaneamente. Como segunda resposta mais dada, seguem-se ‘Concordo Bastante’ e ‘Concordo’, ambas respondidas por 18,9 por cento. Entre as menos assinaladas estão ‘Discordo Plenamente’ e ‘Discordo Bastante’, respondidas por uma e duas vezes, respectivamente.

Mesmo num contexto de pressões por parte da fonte de informação, os jornalistas revelaram manter uma relação de confiança. No que toca à afirmação ‘Apesar da pressão que exercem, mantenho uma

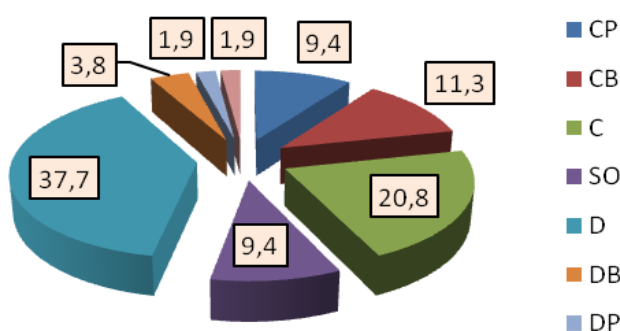
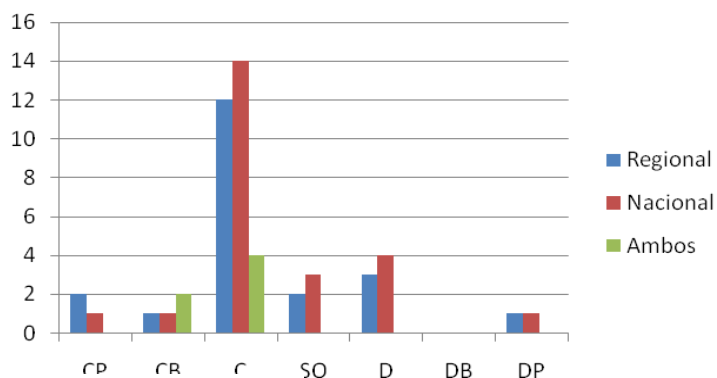


Gráfico 3 – ‘Sempre que uma fonte de informação me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida’

cento dos jornalistas afirmou concordar, 7,5 por cento concordar bastante e 5,7 por cento concordar plenamente. Do lado oposto, cerca de 13 por cento deu a resposta 'Discordo' e 3,8 por cento a resposta 'Discordo Plenamente'. Cinco declararam não ter opinião, enquanto por duas vezes faltou a resposta. Em termos comparativos, não há a registar grandes diferenças entre as respostas dadas por jornalistas 'regionais' e jornalistas 'nacionais', como comprova o gráfico acima. O número de 'n' nesta pergunta era de 51 (cf. anexos 13 e 14).

Já no que diz respeito ao enfraquecimento dessa relação depois de pressionado pela fonte de informação, a amostra revelou-se bastante dividida. Perto de 40 por cento dos jornalistas discordou da afirmação 'Sempre que uma fonte de informação me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida'. 'Discordo Bastante' e 'Discordo Plenamente' foram respondidos apenas por 3,8 e 1,9 por cento, respectivamente. Do outro lado, 20,8 por cento dos jornalistas assinalaram 'Concordo', 11,3 'Concordo Bastante' e 9,4 'Concordo Plenamente'. Por cinco vezes foi dada a resposta 'Sem Opinião' (cf. anexo 15 e 16).

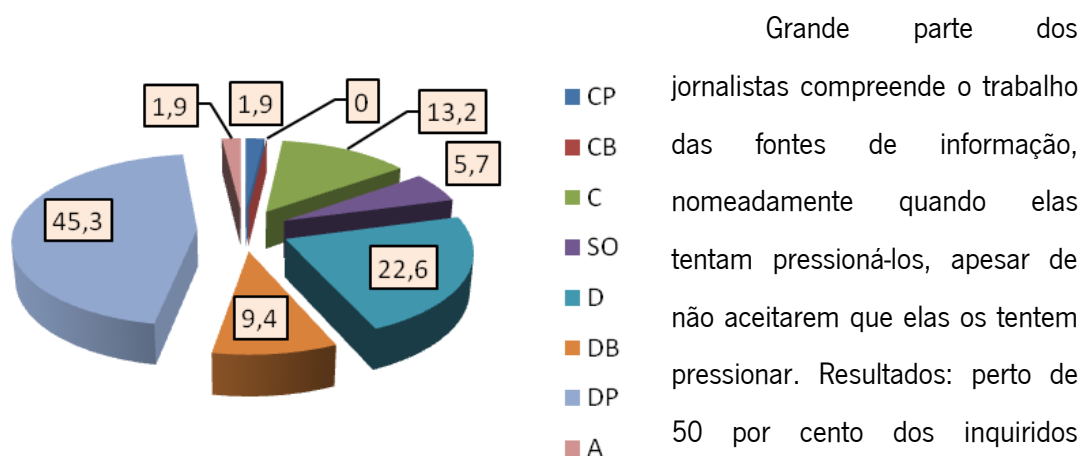


Gráfico 4 – 'Aceito que as fontes de informação tentem exercer pressões sobre o meu trabalho'

Grande parte dos jornalistas compreende o trabalho das fontes de informação, nomeadamente quando elas tentam pressioná-los, apesar de não aceitarem que elas os tentem pressionar. Resultados: perto de 50 por cento dos inquiridos respondeu 'Concordo' perante a afirmação 'Compreendo as fontes quando tentam exercer pressões sobre o meu trabalho'. Já 7,5 por cento assinalou 'Concordo Bastante' e outros 7,5 por cento 'Concordo Plenamente'. Porém, há também quem não compreenda. Aliás, cerca de 11 por cento discorda plenamente da mesma afirmação, ao passo que 15,1 por cento apenas discorda (cf. anexo 17). No que diz respeito à questão 14 do inquérito 'Aceito que as fontes de informação tentem exercer pressões sobre o meu trabalho', os dados foram ainda mais reveladores: 45 por cento dos jornalistas inquiridos discorda plenamente, 22,6 por cento discorda e 9,4 discorda bastante. Apenas 15,1 por cento dos jornalistas aceita que as fontes noticiosas tentem pressionar: 13,2 por cento respondeu

‘Concordo’ e 1,9 por cento ‘Concordo Plenamente’ (cf. anexo 18). Mais uma vez, as diferenças entre as respostas de jornalistas que trabalham num jornal regional e os jornalistas que trabalham num jornal nacional são praticamente inexistentes (cf. anexo 19).

Quando confrontado com a afirmação ‘A direcção do órgão onde trabalho influencia a relação das fontes comigo’, 32 por cento dos jornalistas assinalou ‘Discordo Plenamente’, 20,8 por cento marcou ‘Discordo’ e 9,4 por cento ‘Discordo Bastante’. Por outro lado, 19 por cento da amostra afirmou concordar com a mesma declaração, ao passo que as respostas ‘Concordo Bastante’ e ‘Concordo Plenamente’ registaram o mesmo número de respostas – duas, o que equivale a 3,8 por cento (cf. anexo 20). Porém, quando se perguntou se o órgão para o qual trabalham permitiu o acesso a fontes a que de outra forma não teriam conseguido aceder, 70 por cento dos inquiridos respondeu afirmativamente: 35,8 por cento assinalou ‘Concordo’, 18,9 por cento ‘Concordo Plenamente’ e 15,1 por cento ‘Concordo Bastante’. Entre os que responderam negativamente, 13,2 por cento manifestou apenas discordar, enquanto 5,7 por cento discordou plenamente e 3,8 por cento discordou bastante (cf. anexo 21). Em ambas as perguntas, as diferenças entre os resultados obtidos por parte dos jornalistas ‘regionais’ e nacionais’ são insignificantes (cf. anexos 22 e 23).

4.7.3. Verificação das hipóteses

A primeira das hipóteses a ser analisada é a seguinte: **os jornalistas da imprensa regional são os que mais sofrem pressões das fontes de informação**. Os resultados obtidos revelam não haver uma grande diferença entre jornalistas de imprensa regional e jornalistas de imprensa nacional, pelo menos de acordo com as respostas obtidas às afirmações ‘A fonte de informação já me pressionou para publicar uma notícia’ e ‘A fonte de informação já me pressionou para publicar uma notícia com determinada perspectiva’.

Em relação à primeira afirmação, a resposta ‘Nunca’ apareceu por quatro vezes assinalada

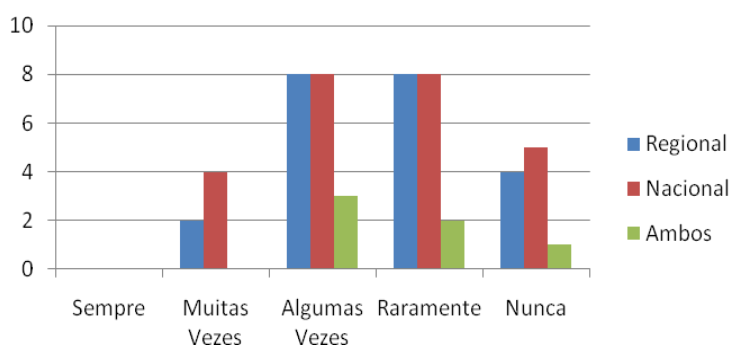


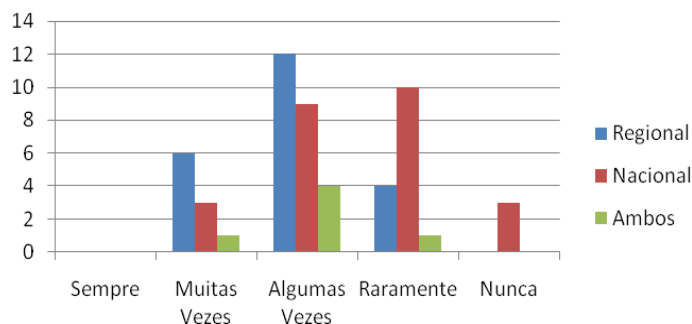
Gráfico 5 – ‘A fonte já me pressionou para publicar uma notícia com determinada perspectiva’

por jornalistas ‘regionais’, contra as duas respostas dos jornalistas ‘nacionais’. No entanto, o grosso das cruzes apareceu marcado nas respostas ‘Raramente’ e ‘Algumas Vezes’ – os inquiridos que trabalham num jornal regional responderam que raramente são pressionados para publicar uma notícia por sete vezes, e por oito vezes marcaram ‘Algumas Vezes’, enquanto os que disseram trabalhar num meio de abrangência nacional assinalaram por nove vezes a opção ‘Raramente’ e por 11 vezes a opção ‘Algumas Vezes’. Já a resposta ‘Muitas Vezes’ foi respondida por duas e três vezes por jornalistas ‘regionais’ e jornalistas ‘nacionais’, respectivamente (cf. anexo 24). Em relação à segunda afirmação, os dados foram semelhantes. As respostas ‘Algumas Vezes’ e ‘Raramente’ apareceram assinaladas por oito vezes cada, quer por jornalistas de imprensa regional, quer por de imprensa nacional. ‘Nunca’ foi marcada por jornalistas do meio regional por quatro vezes e por jornalistas do meio nacional por cinco vezes, enquanto a resposta ‘Muitas Vezes’ apenas foi respondida por seis vezes – duas por jornalistas ‘regionais’ e quatro por jornalistas ‘nacionais’ (cf. anexo 25).

A segunda hipótese defendia que **os jornalistas do meio regional são os que mais cedem às pressões das fontes de informação.**

A tendência que os resultados mostram indica que esta hipótese está correcta. Perante a afirmação ‘Já cedi a pressões por parte da fonte de informação’, quatro jornalistas de imprensa regional assinalaram a resposta ‘Algumas Vezes’, ao passo que por uma vez se verificou esta opção marcada quando se analisa as respostas dos jornalistas de imprensa nacional. A resposta ‘Nunca’ por 11 vezes foi assinalada por jornalistas de meios regionais e por 14 vezes por jornalistas de meios nacionais. Na mesma ordem, por sete e dez vezes foi escolhida a opção ‘Raramente’ (cf. anexo 26).

E mais evidente se torna esta tendência se compararmos a percepção que os inquiridos têm dos colegas. Os dados relativos à imprensa regional mostram que a



resposta ‘Algumas Vezes’ foi a

Gráfico 6 – ‘Vi jornalistas/redactores cederem a pressões por parte da fonte de informação’

opção de 12 jornalistas e a resposta 'Muitas Vezes' a opção de seis. Apenas quatro vezes recaiu a escolha na resposta 'Raramente' e nenhum jornalista afirmou conhecer jornalistas que nunca tenham cedido a pressões por parte da fonte de informação. Por sua vez, nove jornalistas do meio nacional responderam 'Algumas Vezes', dez 'Raramente', três 'Muitas Vezes' e outras tantas 'Nunca' (cf. anexo 27).

Confrontados com a afirmação 'Vi editores/directores cederem a pressões por parte da fonte de informação', os resultados acentuam de forma leve a tendência acima referida. Os inquiridos que trabalham num jornal regional não apontaram um único director ou editor que não tenha cedido a pressões. Aliás, 12 dos 22 jornalistas que trabalham exclusivamente num jornal regional responderam que já viram 'Algumas Vezes' editores ou directores cederem e quatro assinalaram a resposta 'Muitas Vezes', enquanto por seis vezes foi escolhida a opção 'Raramente'. Dados relativamente menores foram aqueles revelados por jornalistas que trabalham num meio nacional: por 11 vezes foi respondido 'Algumas Vezes', por oito 'Raramente', por quatro 'Nunca' e por duas 'Muitas Vezes' (cf. anexo 28).

A terceira e última hipótese toma **em consideração a diversa tipologia de fontes noticiosas, para dizer que as oficiais são aquelas em que o jornalista deposita mais confiança e aquelas que mais tentam pressioná-lo.**

Os resultados obtidos revelam que esta hipótese está correcta no que diz respeito ao facto de as fontes oficiais serem as que mais pressionam, mas nem por isso são aquelas em que o jornalista mais confia. A fonte em que o jornalista deposita mais confiança é a especialista, que foi a primeira opção de 41,5 por cento dos jornalistas e a segunda opção de 26,4 por cento. Ainda assim, a fonte oficial também surge em grande destaque, sendo primeira escolha de 35,8 por cento e segunda escolha de 28,3 por cento (cf. anexos 29 e 30). Por seu turno, a fonte em que o jornalista deposita menos confiança é a não oficial, já que foi quarta opção de 35,8 por cento dos inquiridos e terceira opção de 30,2 por cento (cf. anexo 31 e 32). Em relação ao tipo de fonte que mais pressiona, a fonte oficial foi a primeira escolha de 50,9 por cento dos jornalistas inquiridos, ao passo que 22,6 por cento assumiu que é a não oficial aquela que mais pressiona. Como segunda opção, a fonte oficiosa foi assinalada por 34 por cento, seguido da fonte oficial e não oficial, com 15,1 e 13,2 por cento, respectivamente (cf. anexos 33 e 34). Já a fonte especialista é a que menos pressiona, sendo quarta opção de 39,6 por cento.



Gráfico 7 – Pódio das fontes mais fiáveis

o jornalista deposita menos confiança é a não oficial, já que foi quarta opção de 35,8 por cento dos inquiridos e terceira opção de 30,2 por cento (cf. anexo 31 e 32). Em relação ao tipo de fonte que mais pressiona, a fonte oficial foi a primeira escolha de 50,9 por cento dos jornalistas inquiridos, ao passo que 22,6 por cento assumiu que é a não oficial aquela que mais pressiona. Como segunda opção, a fonte oficiosa foi assinalada por 34 por cento, seguido da fonte oficial e não oficial, com 15,1 e 13,2 por cento, respectivamente (cf. anexos 33 e 34). Já a fonte especialista é a que menos pressiona, sendo quarta opção de 39,6 por cento.



Gráfico 8 – Pódio das fontes que mais pressionam

Convém abrir um parêntesis para dar alguns esclarecimentos: as perguntas pediam ao jornalista que indicasse, com os números de 1 a 4, a ordem decrescente em relação ao tipo de fonte em quem mais confia e ao tipo de fonte que mais pressiona. Todavia, em alguns dos inquéritos recebidos, a resposta foi assinalada com uma cruz em apenas uma das quatro opções. Para salvaguardar um número considerável de respostas, essa cruz foi admitida como primeira opção, sendo que aos espaços em branco foi atribuído o número 99, que significa a falta de resposta.

4.8. Conclusões

Os resultados obtidos vieram reiterar a ideia de que o espaço público é ocupado pelas mesmas fontes de informação, pois a maioria dos jornalistas inquiridos afirmou que trabalha diariamente com fontes anteriormente contactadas. Uma das razões pelas quais o jornalista aborda fontes que conhece prende-se com aquilo que acha que é positivo para o seu trabalho: uma relação de confiança sólida com o seu fornecedor de informação. Aliás, a maioria dos jornalistas inquiridos afirmou que o nível de confiança que mantêm com as fontes é ‘boa’ ou ‘muito boa’. Recuando um pouco ao enquadramento teórico, estas ideias tinham sido rebatidas por Rogério Santos, quando afirmou que existe um “esforço diário da fonte para manter um caudal de confiança”. Desta forma, os dados analisados não são novidade, apenas reforçam uma ideia. Além disso, a amostra indicou que não há distinções entre os resultados obtidos entre os jornalistas de imprensa regional e de imprensa nacional. Portanto, a geografia do meio não tem influência no nível de confiança que o jornalista tem com a fonte.

E esta relação de confiança parece mesmo manter-se quando a fonte de informação exerce pressão junto dos jornalistas, sobretudo por duas razões: 1) as vantagens que retiram de uma relação de confiança com as fontes noticiosas sobrepõem-se às desvantagens e 2) começa a haver uma compreensão do papel e do trabalho das fontes, apesar de não aceitarem que elas tentem pressionar. Porém, o facto de não aceitarem que os tentem pressionar não impede as fontes de informação de o fazerem, nomeadamente através do esforço para a publicação de uma notícia ou definirem determinada perspectiva à notícia.

Outro dado relevante diz respeito ao facto de os jornalistas considerarem que a direcção do órgão onde trabalham praticamente não influencia a relação que têm com as fontes. Este apontamento pode ser abordado por dois lados: o primeiro relaciona-se com a pouca influência que tem a direcção nos jornalistas no que toca ao contacto com as fontes; assim, e quando um director muda de local de trabalho, os jornalistas continuam a ter o mesmo acesso às fontes. Por outro lado, o cenário muda-se a partir do momento em que os jornalistas contactam em nome de um jornal: a maioria reconhece que se trabalhassem noutra publicação lhe seria dificultado o acesso a determinada fonte. Ou seja, há um privilégio que a instituição confere aos jornalistas, independentemente de quem esteja na direcção.

Se se previa que os jornalistas de imprensa regional fossem mais pressionados que os jornalistas de imprensa nacional, essa ideia ficou desfeita após a análise não revelar grandes diferenças entre ambos. Apesar disso, os jornalistas do meio regional cedem mais às pressões

que os outros jornalistas. Os dados obtidos revelam que o inquirido não cede ou raramente cede às pressões, mas a percepção que têm dos outros colegas e até dos seus superiores, com mais responsabilidades na independência editorial, como os editores e directores, é um pouco diferente.

A fonte especialista é aquela em que o jornalista mais deposita confiança. A explicação reside no facto de esta fonte possuir um conhecimento específico de uma área de saber que o jornalista não tem. Recordando a afirmação de Boucher (1994: 74), “quando são abordados problemas de ordem técnica, científica ou médica, certos jornalistas não hesitam em dar a reler aos respectivos especialistas as declarações que foram prestadas. Assim se evita, por vezes, a grande asneira ou, simplesmente, a formulação errónea”. A base da relação entre fonte especialista e jornalista é científica, daí que os interesses da fonte sejam mais do domínio científico do que do domínio pessoal. Além disso, as fontes especialistas “objectivam a produção de conhecimento, vivendo muito em função da imagem que transmitem aos seus pares”, justifica o académico Nuno Leite, acrescentando de seguida que “os cientistas que se dedicam à humanização da ciência são muitas vezes mal vistos pelos seus pares” (2006: 106). Algumas destas explicações ajudam a perceber por que razão a fonte especialista é a mais fiável aos olhos dos jornalistas.

Já em relação à fonte que mais pressiona, a oficial ocupa o primeiro lugar. Trata-se da fonte que tem maior poder e é a que mais acesso tem ao meio noticioso. Parte do seu sucesso junto dos jornalistas reside no facto de a fonte oficial ser uma voz autorizada e legitimada. Outra parte reside nos recursos financeiros e institucionais de que dispõe a fonte oficial. Rogério Santos (2006: 77) atribui ainda outra explicação para o facto de os jornalistas serem considerados os que mais pressionam: “À fonte oficial interessa que corra tudo bem; por isso, preocupa-se com a escolha do meio noticioso e do jornalista, fornece a informação de acordo com os seus objectivos, faz um acompanhamento da acção, está atenta ao que se passa em volta”. Santos (2006: 90) acrescenta ainda que “as fontes oficiais manipulam a informação, pela agenda, acesso, palavras e imagem visual, naquilo a que Maltese chamou “tecer controlo”.

4.8.1. Considerações pessoais

Uma crítica que recebi durante a recolha dos inquéritos referiu-se ao facto de o mundo não ser a preto e branco, numa clara alusão ao inquérito ser simples e pouco exaustivo.

Respondi que tinha razão, que o inquérito não tinha em conta um sem número de nuances, que descomplexava o complexo, e expliquei as minhas razões. Preocupei-me em não elaborar um questionário com muitas folhas, porque corria o risco de não ter um número considerável de respostas. Por isso, preferi um inquérito mais curto, com questões básicas e primárias, capazes de abranger todo o quadro de análise e, ao mesmo tempo, com potencial para a verificação das hipóteses de trabalho formuladas. Aliás, considero que a parte fundamental no trabalho residiu na concretização de um inquérito que fosse significado do enquadramento teórico abordado.

Além disso, houve sempre o cuidado de descansar o inquirido no que toca ao anonimato do procedimento e ao sigilo da origem das respostas. A sinceridade das respostas era um objectivo perseguido, num inquérito com perguntas sensíveis e que poderiam colocar em causa a própria credibilidade do jornalista. Só assim podia esperar que os jornalistas respondessem sem pudor nem favor.

5. APRECIÇÃO FINAL

Aliar o conhecimento teórico e prático adquirido no decurso da actividade académica à experimentação profissional que um estágio numa empresa de comunicação proporciona foi um desafio bastante interessante de enfrentar. E devo anunciar, ao concluir este documento, que foi com satisfação e brio que completei a última fase de formação, antes de entrar no caminho profissional da imprensa, rádio e televisão. A par desta experiência, o trabalho empírico permitiu observar, em plano mais pormenorizado, outro caminho não menos importante: o da investigação científica na área das Ciências da Comunicação.

Com esta nota breve, mas muito recheada, dou por terminado este trabalho, repetindo, ao mesmo tempo, os agradecimentos feitos no início, sem não esquecer a colaboração e orientação permanente da professora Elsa Costa e Silva; vincando o esforço e dedicação no que toca à concretização desta tese; e, principalmente, relembrando os bons e maus momentos nas várias experiências aqui relatadas, desde o ingresso na licenciatura em Comunicação Social até ao estágio no jornal A Bola.

6. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Victor Manuel (2006) 'Temas e fontes na imprensa regional da cidade da Guarda' - Dissertação mestrado Ciências da Comunicação, área de especialização em Comunicação, Cidadania e Educação Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, orient. Helena Sousa

ANDERSON, Alison (2003) 'Environmental Activism and News Media', pp. 117-132, in COTTLE, Simon (2003), 'News, Public Relations and Power', London: Sage Publications

- BOUCHER, Jean-Dominique (1994), 'A reportagem escrita', Mem Martins: Editorial Inquérito
- CAMPONEZ, C (2002) 'Jornalismo de Proximidade', Coimbra: Minerva
- CARVALHEIRO, José Ricardo (1996), 'Os media e os poderes locais', [acedido em Fevereiro de 2009 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalheiro-ricardo-Media-poder.pdf>]
- Alta Autoridade para a Comunicação Social (1999), 'Colóquio [sobre] Acesso às Fontes de Informação', Lisboa
- CORREIA, Fernando (1997), 'Os jornalistas e as notícias', Alfragide: Caminho Nosso Mundo, 3ª edição
- FERREIRA, Paulo (2005), 'O lugar da imprensa local e regional nas políticas da comunicação', [acedido em Março de 2009 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-paulo-lugar-imprensa-local-regional-politicas-comunicacao.pdf>]
- FIDALGO, JOAQUIM (2006), 'O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas', [acedido em Março de 2009 em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6011/3/JFIDALGO_2006_Tese_Doutoramento.pdf]
- FONTCUBERTA, Mar de (1999), 'Pistas para compreender o mundo: a notícia', colecção Media&Sociedade, Lisboa: Editorial Notícias
- GARCÍA, Xosé López (2000), 'La comunicación del futuro se escribe con L de local', Revista Latina de Comunicación Social, número 34, Outubro de 2000, La Laguna (Tenerife), [acedido em Fevereiro de 2009 em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000kjl/w34oc/41xose.htm>]
- GARCÍA, Xosé López e CRUZ, X. A. (2000), 'Los medios locales ante los desafíos de la red', Revista Latina de Comunicación Social, número 32, Agosto de 2000, La Laguna (Tenerife), [acedido em Fevereiro de 2008 em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/aa2000kjl/y32ag/65xose.htm>]
- LEITE, Nuno (2006), 'Jornalismo Científico: o novo discurso', in SOUSA, Jorge (Org.) Jornalismo, Ciências e Saúde, Actas do II Congresso Luso-brasileiro de Estudos Jornalísticos; IV Congresso de Estudos Jornalísticos, Porto: Universidade Fernando Pessoa

LÓPEZ, Xosé (2002) 'Repensar o jornalismo de proximidade para fixar os media locais na sociedade global', pp. 199-206, in "Comunicação e sociedade", vol.4 (2002), Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

LÓPEZ, Xosé, GALINDO, Fermín e VILLAR, Manuel (1998), 'El valor Social de la información de proximidad', Revista Latina de Comunicación Social, número 7, Julho de 1998, La Laguna (Tenerife), [acedido em Fevereiro de 2009 em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/68xose.htm>]

MARINHO, Sandra, FERREIRA, Paulo, SANTOS, Rogério e MOTA, Dora (2008) 'Os media regionais e locais: políticas e paradoxos', pp. 73-98, in PINTO, Manuel & MARINHO, Sandra (org.) (2008) 'Os media em Portugal nos primeiros cinco anos do século XXI', Porto: Campo das Letras

McQUAIL, Denis & WINDAHL, Sven (1993), 'Modelos de Comunicação para o estudo da comunicação de massas', Lisboa: Editorial Notícias

PINTO, Manuel (2000), 'Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo', pp. 277-294, in Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 4 (1-2), [acedido em Fevereiro de 2009 em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf]

RIBEIRO, Luísa Teresa 'O poder dos meios – Análise das condições de produção jornalística em dois diários regionais', Comunicação realizada no 5º Congresso da SOPCOM – Comunicação e Cidadania, na Universidade do Minho, 2007, [acedido em Fevereiro de 2009 <http://lasics.uminho.pt/ojs/index.php/5sopcom/article/view/43/44>]

SANTOS, Rogério (2001) 'Capítulo II – Práticas Produtivas e relacionamento entre jornalistas e fontes de informação', pp. 93-133, in TRAQUINA, Nelson, CABRERA, Ana, PONTE, Cristina e SANTOS, Rogério (1997) 'O jornalismo português em análise de casos', Alfragide: Caminho Nosso Mundo

SANTOS, Rogério (2003) 'Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo', Coimbra: Minerva, 1ª ed.

SANTOS, Rogério (2006) 'A fonte não quis revelar', Porto: Editores, S.A.

SOUSA, J. P. (2002), 'Comunicação regional e local na Europa Ocidental', [acedido em Fevereiro de 2009 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-comunicacao-regional-na-europa-ocidental.pdf>]

SOUSA, J. P. (2005), 'Elementos de jornalismo impresso', Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial LTDA.

TAYLOR, Phillip M. (2003) 'Journalism Under Fire', pp. 63-79, in COTTLE, Simon (2003), 'News, Public Relations and Power', London: Sage Publications

VALA, J. & MONTEIRO, M.B. (coords.) (2000), 'Psicologia Social', Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

VIEIRA, Joaquim (2007), 'Jornalismo contemporâneo – Os media entre a Era Gutenberg e o Paradigma Digital', Lisboa: Edeline

INTERNET

<http://www.marktest.com/wap/a/n/id~10a9.aspx>, acedido em Abril de 2009

<http://www.ics.pt/index.php?op=cont&cid=78&sid=1234>, acedido em Abril de 2009

OUTRAS FONTES

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, [acedido em Maio de 2009 em

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>]

Diciopédia Porto Editora 2009

Estatuto da Imprensa Regional, Decreto-Lei n.º 106/88, [acedido em Fevereiro de 2009 em http://www-aacs.pt/legislacao/estatuto_da_imprensa_regional.htm]

Quebra de segredo profissional no «Caso Moderna», [acedido em Maio de 2009 em

<http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=107&idselect=371&idCanal=371&p=4>]

Reforma da Comunicação Social e Regional 2004/2007, [acedido em Maio de 2009 em

[http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/AC673499-8627-420A-B246-](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/AC673499-8627-420A-B246-FA8E6D9FA161/0/Reforma_CS_Reg_Loc.pdf)

[FA8E6D9FA161/0/Reforma_CS_Reg_Loc.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/AC673499-8627-420A-B246-FA8E6D9FA161/0/Reforma_CS_Reg_Loc.pdf)]

7. ANEXOS

Anexo 1

Ranking de tráfego de entidades Web				NETSCOPE WEBORAMA/MARKTEST			
Janeiro de 2009				Medição site-centric padronizada de tráfego de sites			
Entidades Web	Visitas	Ord	Gráfico	Pageviews	Ord	Gráfico	PV/Visita
Sapo Homepage	31.166.250	1		82.489.579	1		2,65
A Bola	10.706.414	2		48.338.280	2		4,51
Sapo Blogs	9.838.181	3		27.636.563	7		2,81
Record	9.750.064	4		46.162.591	3		4,73
Sapo Notícias	5.398.334	5		31.616.577	4		5,86
O Jogo	5.214.685	6		18.542.380	15		3,56
Público	5.073.612	7		27.195.771	9		5,36
Clix Homepage	4.184.719	8		11.964.225	21		2,86
Correio da Manhã	3.778.849	9		20.460.721	12		5,41
RTP	2.941.901	10		16.881.416	16		5,74

Anexo 2

Ranking de tráfego de entidades Web				NETSCOPE WEBORAMA/MARKTEST			
Janeiro de 2009				Medição site-centric padronizada de tráfego de sites			
Entidades Web	Visitas	Ord	Gráfico	Pageviews	Ord	Gráfico	PV/Visita
Sapo Homepage	31.166.250	1		82.489.579	1		2,65
A Bola	10.706.414	2		48.338.280	2		4,51
Sapo Blogs	9.838.181	3		27.636.563	7		2,81
Record	9.750.064	4		46.162.591	3		4,73
Sapo Notícias	5.398.334	5		31.616.577	4		5,86
O Jogo	5.214.685	6		18.542.380	15		3,56
Público	5.073.612	7		27.195.771	9		5,36
Clix Homepage	4.184.719	8		11.964.225	21		2,86
Correio da Manhã	3.778.849	9		20.460.721	12		5,41
RTP	2.941.901	10		16.881.416	16		5,74

Anexo 3

Ranking de tráfego de entidades Web				NETSCOPE WEBORAMA/MARKTEST			
Fevereiro de 2009				Medição site-centric padronizada de tráfego de sites			
Entidades Web	Visitas	Ord	Gráfico	Pageviews	Ord	Gráfico	PV/Visita
Sapo Homepage	27 895 293	1		73 030 284	1		2.62
A Bola	10 047 841	2		47 050 942	2		4.68
Sapo Blogs	9 324 767	3		25 711 543	5		2.76
Record	8 925 739	4		42 151 903	3		4.72
O Jogo	4 729 518	5		16 676 953	14		3.53
Público	4 585 457	6		23 909 439	7		5.21
Sapo Notícias	4 367 900	7		22 439 541	9		5.14
Clix Homepage	3 683 005	8		10 292 966	21		2.79
Correio da Manhã	3 551 888	9		19 541 044	11		5.50
Jornal de Notícias	2 670 891	10		9 913 853	23		3.71

Anexo 4

Porte Pago e Incentivo à Leitura	
Anos	N.º de Publicações
1999	668
2000	717
2001	554
2002	570
2003	518
2004	537
2005	532
2006	434
2007	343
2008	274

Fonte: ex-ICS e G/MCS

Anexo 5

Statistics

Anos de trabalho

N	Valid	53
	Missing	0
Mean		10,87

Anexo 6

Report

Anos de trabalho

Geografia do jornal	Mean	N	Std. Deviation
Regional	11,23	22	6,604
Nacional	10,60	25	6,436
Ambos	10,67	6	5,428
Total	10,87	53	6,297

Anexo 7

Frequência do contacto com as fontes

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sempre	12	22,6	22,6	22,6
Muitas Vezes	32	60,4	60,4	83,0
Algumas vezes	8	15,1	15,1	98,1
Raramente	1	1,9	1,9	100,0
Total	53	100,0	100,0	

Anexo 8

Geografia do jornal * Frequência do contacto com as fontes Crosstabulation

Count

		Frequência do contacto com as fontes				Total
		Sempre	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	
Geografia do jornal	Regional	4	15	3	0	22
	Nacional	7	12	5	1	25
	Ambos	1	5	0	0	6
Total		12	32	8	1	53

Anexo 9

Confiança que tem com as fontes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Excelente	2	3,8	3,8	3,8
	Muito Boa	24	45,3	46,2	50,0
	Boa	18	34,0	34,6	84,6
	Normal	8	15,1	15,4	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	Sem resposta	1	1,9		
Total		53	100,0		

Anexo 10

Geografia do jornal * Confiança que tem com as fontes Crosstabulation

Count

		Confiança que tem com as fontes				Total
		Excelente	Muito Boa	Boa	Normal	
Geografia do jornal	Regional	1	8	9	4	22
	Nacional	0	14	6	4	24
	Ambos	1	2	3	0	6
Total		2	24	18	8	52

Anexo 11

A confiança com a fonte é positiva para o jornalista

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	29	54,7	54,7	54,7
	Concordo Bastante	10	18,9	18,9	73,6
	Concordo	10	18,9	18,9	92,5
	Sem Opinião	1	1,9	1,9	94,3
	Discordo Bastante	2	3,8	3,8	98,1
	Discordo Plenamente	1	1,9	1,9	100,0
Total		53	100,0	100,0	

Anexo 12

Geografia do jornal * A confiança com a fonte é positiva para o jornalista Crosstabulation

Count

		A confiança com a fonte é positiva para o jornalista						Total
		Concordo Plenamente	Concordo Bastante	Concordo	Sem Opinião	Discordo Bastante	Discordo Plenamente	
Geografia do jornal	Regional	14	3	4	1	0	0	22
	Nacional	14	4	5	0	2	0	25
	Ambos	1	3	1	0	0	1	6
Total		29	10	10	1	2	1	53

Anexo 13

Apesar da pressão que exercem, mantenho uma relação de confiança com a fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	3	5,7	5,9	5,9
	Concordo Bastante	4	7,5	7,8	13,7
	Concordo	30	56,6	58,8	72,5
	Sem Opinião	5	9,4	9,8	82,4
	Discordo	7	13,2	13,7	96,1
	Discordo Plenamente	2	3,8	3,9	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Missing	Sem Resposta	2	3,8		
Total		53	100,0		

Anexo 14

Geografia do jornal * Apesar da pressão que exercem, mantenho uma relação de confiança com a fonte Crosstabulation

Count

		Apesar da pressão que exercem, mantenho uma relação de confiança com a fonte						Total
		Concordo Plenamente	Concordo Bastante	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Plenamente	
Geografia do jornal	Regional	2	1	12	2	3	1	21
	Nacional	1	1	14	3	4	1	24
	Ambos	0	2	4	0	0	0	6
Total		3	4	30	5	7	2	51

Sempre que uma fonte me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	5	9,4	9,8	9,8
	Concordo Bastante	6	11,3	11,8	21,6
	Concordo	11	20,8	21,6	43,1
	Sem Opinião	5	9,4	9,8	52,9
	Discordo	20	37,7	39,2	92,2
	Discordo Bastante	2	3,8	3,9	96,1
	Discordo Plenamente	1	1,9	2,0	98,0
	Anulado	1	1,9	2,0	100,0
	Total	51	96,2	100,0	
Missing	Sem Resposta	2	3,8		
Total		53	100,0		

**Geografia do jornal * Sempre que uma fonte me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida
Aceito que as fontes tentem exercer pressões sobre o meu trabalho**

Count

	Sempre que uma fonte me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida								Total
	Concordo Plenamente	Concordo Bastante	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Bastante	Discordo Plenamente	Anulado	
Geografia do jornal Regional	3	2	6	2	7	0	1	0	21
Nacional	2	4	4	3	10	0	0	1	24
Ambos	0	0	1	0	3	2	0	0	6
Total	5	6	11	5	20	2	1	1	51

Anexo 17

Compreendo as fontes quanto tentam exercer pressões sobre o meu trabalho

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Concordo Plenamente	4	7,5	7,5	7,5
Concordo Bastante	4	7,5	7,5	15,1
Concordo	25	47,2	47,2	62,3
Sem Opinião	4	7,5	7,5	69,8
Discordo	8	15,1	15,1	84,9
Discordo Bastante	2	3,8	3,8	88,7
Discordo Plenamente	6	11,3	11,3	100,0
Total	53	100,0	100,0	

Anexo 18

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	1	1,9	1,9	1,9
	Concordo	7	13,2	13,2	15,1
	Sem Opinião	3	5,7	5,7	20,8
	Discordo	12	22,6	22,6	43,4
	Discordo Bastante	5	9,4	9,4	52,8
	Discordo Plenamente	24	45,3	45,3	98,1
	Anulado	1	1,9	1,9	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

Anexo 19

Geografia do jornal * Aceito que as fontes tentem exercer pressões sobre o meu trabalho Crosstabulation

Count

	Aceito que as fontes tentem exercer pressões sobre o meu trabalho							Total
	Concordo Plenamente	Concor do	Sem Opinião	Discord o	Discordo Bastante	Discordo Plenamente	Anulad o	
Geografia Regional do jornal	0	2	1	6	2	11	0	22
Nacional	1	2	1	6	3	11	1	25
Ambos	0	3	1	0	0	2	0	6
Total	1	7	3	12	5	24	1	53

Anexo 20

A direcção do órgão onde trabalho influencia a relação das fontes comigo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	2	3,8	3,8	3,8
	Concordo Bastante	2	3,8	3,8	7,7
	Concordo	10	18,9	19,2	26,9
	Sem Opinião	5	9,4	9,6	36,5
	Discordo	11	20,8	21,2	57,7
	Discordo Bastante	5	9,4	9,6	67,3
	Discordo Plenamente	17	32,1	32,7	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	Sem Resposta	1	1,9		
Total		53	100,0		

O órgão para o qual trabalho permitiu-me acesso a fontes que nunca poderia ter chegado se trabalhasse noutra local

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo Plenamente	10	18,9	18,9	18,9
	Concordo Bastante	8	15,1	15,1	34,0
	Concordo	19	35,8	35,8	69,8
	Sem Opinião	4	7,5	7,5	77,4
	Discordo	7	13,2	13,2	90,6
	Discordo Bastante	2	3,8	3,8	94,3
	Discordo Plenamente	3	5,7	5,7	100,0
	Total	53	100,0	100,0	

Anexo 22

Geografia do jornal * A direcção do órgão onde trabalho influencia a relação das fontes comigo
Crosstabulation

Count

	A direcção do órgão onde trabalho influencia a relação das fontes comigo							Total
	Concordo Plenamente	Concordo Bastante	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Bastante	Discordo Plenamente	
Geografia Regional do jornal	1	1	5	2	5	0	7	21
Nacional	1	1	4	3	6	4	6	25
Ambos	0	0	1	0	0	1	4	6
Total	2	2	10	5	11	5	17	52

Anexo 23

Geografia do jornal * O órgão para o qual trabalho permitiu-me acesso a fontes que nunca poderia ter chegado se trabalhasse noutra local Crosstabulation

Count

	O órgão para o qual trabalho permitiu-me acesso a fontes que nunca poderia ter chegado se trabalhasse noutra local							Total
	Concordo Plenamente	Concordo Bastante	Concordo	Sem Opinião	Discordo	Discordo Bastante	Discordo Plenamente	
Geografia Regional do jornal	5	3	8	1	2	0	3	22
Nacional	4	3	10	3	5	0	0	25
Ambos	1	2	1	0	0	2	0	6
Total	10	8	19	4	7	2	3	53

Anexo 24

Geografia do jornal * A fonte já me pressionou para publicar uma notícia Crosstabulation

Count

	A fonte já me pressionou para publicar uma notícia				Total
	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Geografia Regional do jornal	2	8	7	4	21
Nacional	3	11	9	2	25
Ambos	2	2	2	0	6
Total	7	21	18	6	52

Anexo 25

Geografia do jornal * A fonte já me pressionou para dar determinada perspectiva a uma notícia Crosstabulation

Count

	A fonte já me pressionou para dar determinada perspectiva a uma notícia				Total
	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Geografia do Regional jornal	2	8	8	4	22
Nacional	4	8	8	5	25
Ambos	0	3	2	1	6
Total	6	19	18	10	53

Anexo 26

Geografia do jornal * Já cedi a pressões por parte da fonte de informação Crosstabulation

Count

	Já cedi a pressões por parte da fonte de informação			Total
	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Geografia do jornal Regional	4	7	11	22
Nacional	1	10	14	25
Ambos	1	3	2	6
Total	6	20	27	53

Anexo 27

Geografia do jornal * Vi jornalistas/redactores cederem a pressões por parte da fonte de informação Crosstabulation

Count

	Vi jornalistas/redactores cederem a pressões por parte da fonte de informação				Total
	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Geografia Regional do jornal	6	12	4	0	22
Nacional	3	9	10	3	25
Ambos	1	4	1	0	6
Total	10	25	15	3	53

Anexo 28

Geografia do jornal * Vi editores/director cederem a pressões por parte da fonte de informação Crosstabulation

Count

	Vi editores/director cederem a pressões por parte da fonte de informação				Total
	Muitas Vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
Geografia Regional do jornal	4	12	6	0	22
Nacional	2	11	8	4	25
Ambos	1	2	3	0	6
Total	7	25	17	4	53

Anexo 29

Primeira opção em relação à confiança depositada na fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	19	35,8	36,5	36,5
	Não oficial	3	5,7	5,8	42,3
	Especialista	22	41,5	42,3	84,6
	Oficiosa	7	13,2	13,5	98,1
	Anulado	1	1,9	1,9	100,0
	Total	52	98,1	100,0	
Missing	Sem resposta	1	1,9		
Total		53	100,0		

Anexo 30

Segunda opção em relação à confiança depositada na fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	15	28,3	34,9	34,9
	Não oficial	5	9,4	11,6	46,5
	Especialista	14	26,4	32,6	79,1
	Oficiosa	9	17,0	20,9	100,0
	Total	43	81,1	100,0	
Missing	Sem resposta	10	18,9		
Total		53	100,0		

Anexo 31

Terceira opção em relação à confiança depositada na fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	8	15,1	19,5	19,5
	Não oficial	16	30,2	39,0	58,5
	Especialista	5	9,4	12,2	70,7
	Oficiosa	12	22,6	29,3	100,0
	Total	41	77,4	100,0	
Missing	Sem resposta	12	22,6		
Total		53	100,0		

Anexo 32

Quarta opção em relação à confiança depositada na fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	4	7,5	9,5	9,5
	Não oficial	19	35,8	45,2	54,8
	Especialista	3	5,7	7,1	61,9
	Oficiosa	15	28,3	35,7	97,6
	Anulado	1	1,9	2,4	100,0
	Total	42	79,2	100,0	
Missing	Sem resposta	11	20,8		
Total		53	100,0		

Anexo 33

Primeira opção em relação à pressão da fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	27	50,9	60,0	60,0
	Não oficial	12	22,6	26,7	86,7
	Especialista	1	1,9	2,2	88,9
	Oficiosa	5	9,4	11,1	100,0
	Total	45	84,9	100,0	
Missing	Sem resposta	8	15,1		
Total		53	100,0		

Anexo 34

Segunda opção em relação à pressão da fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	8	15,1	22,2	22,2
	Não oficial	7	13,2	19,4	41,7
	Especialista	3	5,7	8,3	50,0
	Oficiosa	18	34,0	50,0	100,0
	Total	36	67,9	100,0	
Missing	Sem resposta	17	32,1		
Total		53	100,0		

Anexo 35

Terceira opção em relação à pressão da fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	2	3,8	5,7	5,7
	Não oficial	13	24,5	37,1	42,9
	Especialista	10	18,9	28,6	71,4
	Oficiosa	10	18,9	28,6	100,0
	Total	35	66,0	100,0	
Missing	Sem resposta	18	34,0		
Total		53	100,0		

Anexo 36

Quarta opção em relação à pressão da fonte

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Oficial	4	7,5	11,1	11,1
	Não oficial	6	11,3	16,7	27,8
	Especialista	21	39,6	58,3	86,1
	Oficiosa	5	9,4	13,9	100,0
	Total	36	67,9	100,0	
Missing	Sem resposta	17	32,1		
Total		53	100,0		

Anexo 37

Inquérito

Sou aluno de mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho e estou a fazer um estudo sobre a relação jornalista-fonte de informação. Para isso, peço que colabore sendo sincero nas suas respostas, pois o questionário é anónimo e meramente para tratamento estatístico. Obrigado.

(Assinale com X a opção que considere verdadeira; nas perguntas 6 e 10, use os números de 1 a 4 para classificar a ordem correcta)

1 - Sou jornalista há ___ anos.

2 - Trabalho num jornal: Regional: ___; Nacional: ___.

3 - Diariamente, contacto com fontes que já abordei anteriormente.

Sempre: ___; Muitas vezes: ___; Algumas vezes: ___; Raramente: ___; Nunca: ___.

4 - Na sua generalidade, que confiança tem com as fontes de informação

Excelente: ___; Muito boa ___; Boa ___; Normal ___; Má ___; Muito Má ___; Péssima ___.

5 - Acho que uma relação de confiança com as fontes é positivo para o trabalho do jornalista.

Discordo plenamente: ___; Discordo bastante: ___; Discordo: ___; Sem opinião formada: ___;

Concordo: ___; Concordo bastante: ___; Concordo plenamente: ___.

6 - Por ordem, indique o tipo de fontes em que deposita mais confiança:

Oficiais ___; Não oficiais ___; Especialistas ___; Oficiosas ___.

7 - A fonte de informação já me pressionou para publicar uma notícia.

Sempre: ___; Muitas vezes: ___; Algumas vezes: ___; Raramente: ___; Nunca: ___.

8 - A fonte de informação já me pressionou para publicar uma notícia com determinada perspectiva.

Sempre: ___; Muitas vezes: ___; Algumas vezes: ___; Raramente: ___; Nunca: ___.

9 - Este tipo de pressões das fontes de informação condiciona o meu trabalho.

Discordo plenamente: ___; Discordo bastante: ___; Discordo: ___; Sem opinião formada: ___;

Concordo: ___; Concordo bastante: ___; Concordo plenamente: ___.

10 - Por ordem, indique o tipo de fontes que mais o pressiona:

Oficiais __; Não oficiais __; Especialistas __; Oficiosas __.

11 - Apesar da pressão que exercem, mantenho uma relação de confiança com as fontes de informação.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.

12 - Sempre que uma fonte de informação me pressiona, a minha relação com ela fica enfraquecida.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.

13 - Compreendo as fontes de informação quando tentam exercer pressões sobre o meu trabalho.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.

14 - Aceito que as fontes de informação tentem exercer pressões sobre o meu trabalho.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.

15 - Vi jornalistas/redactores cederem a pressões por parte da fonte de informação.

Sempre: __; Muitas vezes: __; Algumas vezes: __; Raramente: __; Nunca: __.

16 - Vi um editor/director cederem a pressões por parte da fonte de informação.

Sempre: __; Muitas vezes: __; Algumas vezes: __; Raramente: __; Nunca: __.

17 - Já cedi a pressões por parte da fonte de informação.

Sempre: __; Muitas vezes: __; Algumas vezes: __; Raramente: __; Nunca: __.

18 - A direcção do órgão onde trabalho influencia a relação das fontes comigo.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.

19 - O órgão para o qual trabalho permitiu-me acesso a fontes que nunca poderia ter chegado se trabalhasse noutra local.

Discordo plenamente: __; Discordo bastante: __; Discordo: __; Sem opinião formada: __;
Concordo: __; Concordo bastante: __; Concordo plenamente: __.